

Organizadores:  
Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco  
Mauricio Zadra Pacheco

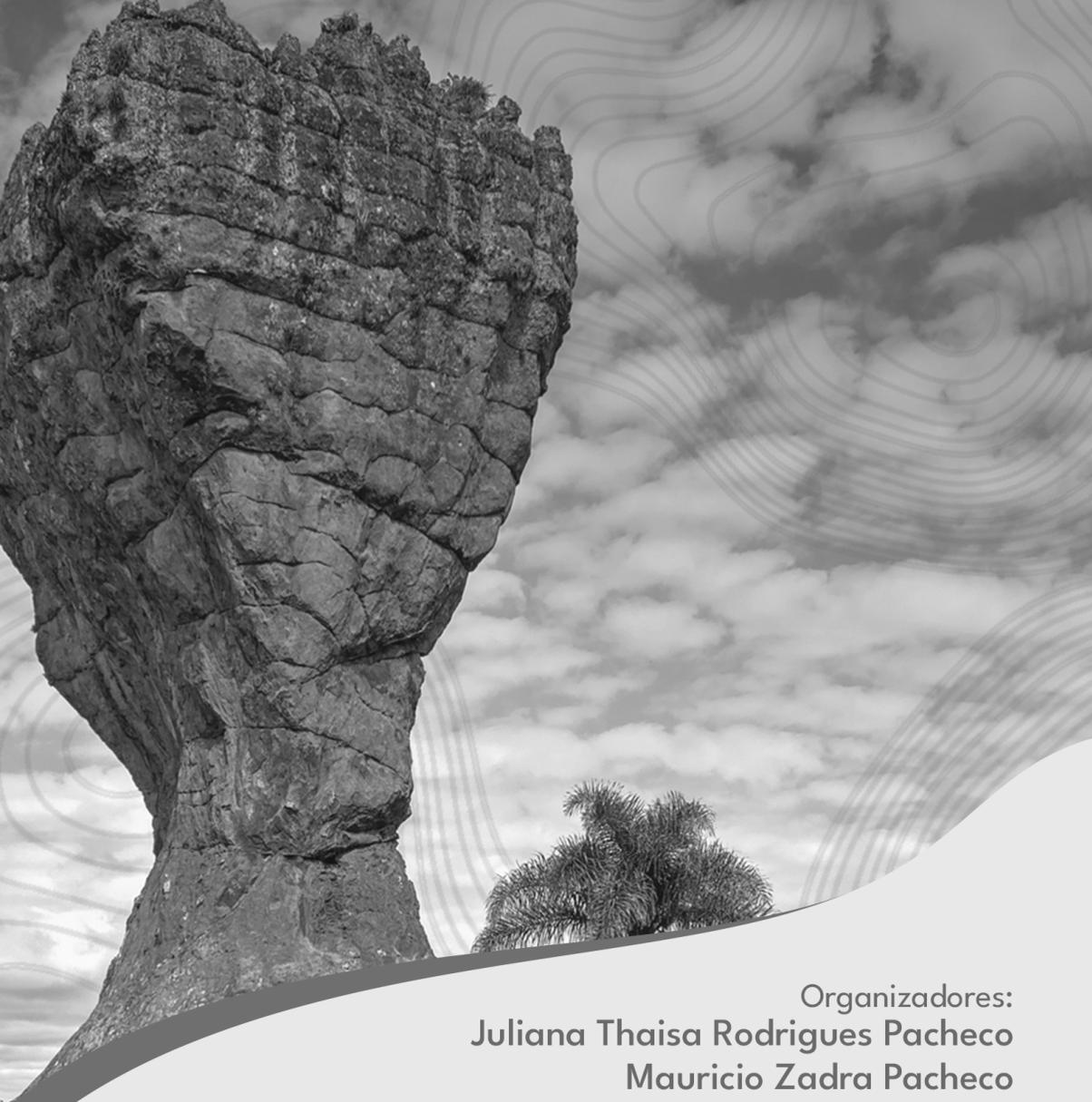
---

# **GEOGRAFIA:**

discutindo a realidade do espaço geográfico

---

 **Atena**  
Editora  
Ano 2023



Organizadores:  
Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco  
Mauricio Zadra Pacheco

---

# **GEOGRAFIA:**

discutindo a realidade do espaço geográfico

---

 **Atena**  
Editora  
Ano 2023

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Camila Alves de Cremo

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra  
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso  
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina  
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso  
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau  
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia /  
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

## Geografia: discutindo a realidade do espaço geográfico

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Maiara Ferreira  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadores:** Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco  
Mauricio Zadra Pacheco

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)</b>	
G345	Geografia: discutindo a realidade do espaço geográfico / Organizadores Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco, Mauricio Zadra Pacheco. - Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-1561-9 DOI: <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.619233107">https://doi.org/10.22533/at.ed.619233107</a>  1. Geografia. I. Pacheco, Juliana Thaisa Rodrigues (Organizadora). II. Pacheco, Mauricio Zadra (Organizador). III. Título.  CDD 910
<b>Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166</b>	

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

É com grande entusiasmo que apresentamos o livro «Geografia: Discutindo a Realidade do Espaço Geográfico». Esta obra reúne cinco artigos que exploram e analisam diferentes aspectos da geografia contemporânea, oferecendo uma visão abrangente e atualizada sobre a complexidade do espaço geográfico.

O primeiro artigo, intitulado “Grande Sertão Veredas: territórios produzidos entre a literatura e os sujeitos (des) (re) territorializados”, nos conduz por uma narrativa geográfica que descreve os elementos do bioma Cerrado, tanto naturais quanto culturais. O objetivo deste artigo é relacionar ideologias de ocupação, progresso e modernidade com suas consequências para a sociobiodiversidade na região norte e noroeste de Minas Gerais, próximas ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

No segundo artigo, “A Expansão do Tecido Urbano das Áreas de Ocupações Informais no Município do Rio Grande/RS entre 2010-2023”, a pesquisa busca identificar se houve expansão do tecido urbano nas áreas de ocupações informais nesse município durante o período de 2010 a 2023. Além disso, o estudo mapeia a localização dessas áreas e investiga quais passaram por processos de regularização fundiária.

O terceiro artigo, “Pelos Meandros da Geo-História Amazônica: Natureza e Homem no Médio Solimões Através do Journal de la Communauté du Saint Esprit”, explora as potencialidades da interface entre História e Geografia. O objetivo é apresentar o manuscrito “Journal De La Communauté Du Saint Esprit”, contextualizando-o historicamente e destacando as relações entre o homem e a natureza que emergem de suas páginas, auxiliando-nos a compreender a construção espacial e histórica da Amazônia.

No quarto artigo, “Ciberespaço e Turismo Religioso: Percepções e Realidades em Nova Trento - SC e Baependi - MG”, o foco recai sobre a atividade turística como uma prática socioeconômica presente na sociedade, que ocorre em espaços específicos, influenciando as ações empreendidas pelos agentes envolvidos. Destaca-se o papel do ciberespaço e suas transformações nos espaços turísticos de Nova Trento - SC e Baependi - MG.

Por fim, o quinto artigo, “Importância e Uso das TICs no Ensino de Geografia”, propõe-se a analisar a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no contexto da educação, com foco no ensino de geografia. O estudo identifica as limitações do uso das TICs em sala de aula e os desafios que essa prática apresenta para o futuro da educação.

Ao reunir esses cinco artigos, o livro “Geografia: Discutindo a Realidade do Espaço Geográfico” oferece aos leitores uma perspectiva rica e diversificada sobre os desafios e as possibilidades do estudo geográfico contemporâneo.

Esperamos que essa obra estimule reflexões e debates enriquecedores, contribuindo para a compreensão e a transformação do mundo em que vivemos.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Juliana Thaisa R. Pacheco

Mauricio Zadra Pacheco

<b>CAPÍTULO 1 .....</b>	<b>1</b>
GRANDE SERTÃO VEREDAS: TERRITÓRIOS PRODUZIDOS ENTRE A LITERATURA E OS SUJEITOS (DES) (RE) TERRITORIALIZADOS	
Juzânia Oliveira da Silva Brandão	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.6192331071">https://doi.org/10.22533/at.ed.6192331071</a>	
<b>CAPÍTULO 2 .....</b>	<b>17</b>
A EXPANSÃO DO TECIDO URBANO DAS ÁREAS DE OCUPAÇÕES INFORMAIS NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS ENTRE 2010-2023	
Maristel Coelho San Martin	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.6192331072">https://doi.org/10.22533/at.ed.6192331072</a>	
<b>CAPÍTULO 3 .....</b>	<b>31</b>
PELOS MEANDROS DA GEO-HISTÓRIA AMAZÔNICA: NATUREZA E HOMEM NO MÉDIO SOLIMÕES ATRAVÉS DO JOURNAL DE LA COMMUNAUTÉ DU SAINT ESPRIT	
Jubrael Mesquita da Silva	
Tenner Inauhiny de Abreu	
Luciano Everton Costa Teles	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.6192331073">https://doi.org/10.22533/at.ed.6192331073</a>	
<b>CAPÍTULO 4 .....</b>	<b>42</b>
CIBERESPAÇO E TURISMO RELIGIOSO: PERCEPÇÕES E REALIDADES EM NOVA TRENTO – SC E BAEPENDI - MG	
Magno Angelo Kelmer	
Carlos Eduardo Santos Maia	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.6192331074">https://doi.org/10.22533/at.ed.6192331074</a>	
<b>CAPÍTULO 5 .....</b>	<b>53</b>
IMPORTÂNCIA E O USO DAS TICs NO ENSINO DE GEOGRAFIA	
Ivan Vasconcelos de Almeida Sá	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.6192331075">https://doi.org/10.22533/at.ed.6192331075</a>	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES .....</b>	<b>60</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>61</b>

## GRANDE SERTÃO VEREDAS: TERRITÓRIOS PRODUZIDOS ENTRE A LITERATURA E OS SUJEITOS (DES) (RE) TERRITORIALIZADOS

*Data de submissão: 03/05/2023*

*Data de aceite: 03/07/2023*

### **Juzânia Oliveira da Silva Brandão**

Doutoranda em Geografia pela  
Universidade de Brasília  
Bolsista da Coordenação de  
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível  
Superior – Capes  
Brasília - DF  
<http://lattes.cnpq.br/3565000708470108>

**RESUMO:** O Parque Nacional Grande Sertão Veredas foi criado para preservar a diversidade físico-cultural do lugar característico dos Gerais expressos no romance rosiano Grande Sertão: Veredas. Uma narrativa geográfica que descreve os elementos do bioma Cerrado: naturais e culturais. Objetiva-se aqui relacionar ideologias, sobre ocupação, progresso, modernidade em especial, suas consequências à Sociobiodiversidade na região norte e noroeste de Minas Gerais, proximidades ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Identifica-se neste espaço a interação entre distintos entes atuantes a interesses divergentes e conflituantes: áreas de proteção ambiental, progressão do monocultivo e domínio da agroindústria. Fatos que culminam na desterritorialização das populações tradicionais que ocupam

há séculos essa região. Existe uma forma de equilíbrio entre essas duas perspectivas tão polarizadas? Onde avançar para um desenvolvimento integral socioambiental da região e onde recuar para preservar territórios de significância cultural, ambiental, para manutenção dessas expressões basilares ao constructo sociocultural brasileiro?

**PALAVRAS-CHAVE:** Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Populações tradicionais. Desterritorialização.

### **GRANDE SERTÃO VEREDAS: TERRITORIES PRODUCED BETWEEN LITERATURE AND SUBJECTS**

**ABSTRACT:** The Grande Sertão Veredas National Park was created to preserve the physical and cultural diversity of the place characteristic “Gerais”, common areas, expressed in the romance of João Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas. A geographic narrative that describes the elements of the Brazilian biome Cerrado, its natural and cultural characteristics. The objective here is to relate ideologies, about occupation, progress, modernity in particular, its consequences to Sociobiodiversity in the

North and Northwest of the Minas Gerais. In this space, the interaction between different entities that act to divergent and conflicting interests is identified: areas of environmental protection, the progression of monoculture and the predominance of agroindustry. Facts that culminate in the deterritorialization of the traditional populations that have occupied this region for centuries. Is there a way to balance these two polarized perspectives? Where to advance towards an integral socio-environmental development of the region and where to retreat to preserve territories of cultural and environmental significance, to maintain these basic expressions of the Brazilian socio-cultural construct?

**KEYWORDS:** Grande Sertão Veredas National Park; traditional populations; deterritorialization.

## 1 | INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui desenvolvida faz parte dos apontamentos iniciais que irão nortear uma tese de doutorado. Ainda em sua fase de teorização, apresenta poucos resultados, intencionando-se o diálogo com outras perspectivas de análises, principalmente relacionada a empiria, para dar robustez ao seu conteúdo.

Assim, objetiva-se relacionar ideologias, sobre ocupação, progresso, modernidade em especial, suas conseqüências à Sociobiodiversidade na região norte e noroeste de Minas Gerais, proximidades ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Identifica-se neste espaço a interação entre distintos entes atuantes a interesses muitas vezes divergentes e conflitantes: áreas de proteção ambiental, progressão do monocultivo e predomínio da agroindústria, fatos que culminam na desterritorialização das populações tradicionais que ocupam há séculos essa região.

Percebe-se que os recortes municipais do estado mineiro, objeto do estudo em questão, sofreram inúmeras transformações nestes dois últimos séculos, conseqüência das ações motivadas por inúmeros fatores rumo a ideologia de ocupação e “modernização” do interior do país e assim, conforme discurso que alcançou Juscelino Kubitschek, trazer o “progresso” a toda nação brasileira.

Fato é que o Sertão rosiano e o bioma Cerrado se entrecruzam como paisagens ora potente por sua biodiversidade, ora tábula rasa que necessita de profundas transformações por parte do “dinheiro em estado puro”, como sinaliza o professor Milton Santos. Existe uma forma de equilíbrio entre essas duas perspectivas tão polarizadas? Onde avançar para um desenvolvimento integral socioambiental da região e onde recuar para preservar territórios de significância cultural, ambiental, para manutenção dessas expressões basilares ao constructo sociocultural brasileiro? Essas alguns dos apontamentos que pretende-se abordar na produção deste texto.

## 2 | O PARQUE NACIONAL “GRANDE SERTÃO: VEREDAS” - PNGSV

O romance Grande Sertão: Veredas retrata o sertão cerratense, mais precisamente no interior do Estado de Minas Gerais e em vezes percorrendo o território fronteiro da

Bahia e do Goiás. Este é o cenário descrito pelo jagunço Riobaldo, narrador de suas andanças pelos “Gerais”- como ele denomina a região que o encanta e facina.

Paisagem e elementos paisagísticos que fazem do personagem um errante conhecedor dos mais diversos povoados, fazendas e, principalmente, dos caminhos que o conduz as mais distintas veredas. Fazendo-o conhecedor da sociobiodiversidade de lugar, cita nome dos rios, dos pássaros e das árvores que encontra pelo caminho, citando nomes e características. Além de descrever aspectos da cultura e tradições presentes nos grupos sociais ali territorializados.

Relações que se dão, comumente, por camaradagem, gratidão, compadrio entre os jagunços aos suas chefias. Rivalidades constituídas por vingança, disputa de terra, interesse político, seja com outros grupos de jagunços, seja com o grupos militares do governo. Os jagunços, ao seu modo se faziam autoridade nos Gerais.

Riobaldo descreve, a partir do seu rico conhecimento sobre a biodiversidade local, passagens nos rios da região, sua travessia no Rio São Francisco quando menino com o Reinaldo e o canoeiro, na época ainda que este rio era navegável, um caminho aberto ao trânsito de pessoas, fonte de alimentos e recreação. Menciona também, com muito carinho do Rio Urucúia, seu rio preferido.

Demos no Rio, passamos. E, aí, a saudade de Diadorim voltou em mim, depois de tanto tempo, me custando seiscentos já andava, acoroçoado, de afogo de chegar, chegar, e perto estar. Cavalos que ama o dono, até respira do mesmo jeito. Bela é a lua, lualã, que torna a se sair das nuvens, mais redondada recortada. Viemos pelo Urucúia. Rio meu de amor é o Urucúia. O chapadão - onde tanto boi berra. Daí, os gerais, com o capim verdeado. Ali é que vaqueiro brama, com suas boiadas espatifadas. Ar que dá açôite de movimento, o tempo-das-águas de chegada, trovoadas trovando. Vaqueiros todos vaquejando. O gado esbravaçava. (ROSA, posição 950-954).

O PNGSV foi criado com intenção de preservar a diversidade físico-cultural do lugar característico dos Gerais expressos no romance rosiano Grande Sertão: Veredas. Uma narrativa geográfica que descreve os elementos do bioma Cerrado: naturais e culturais.

Em seus elementos naturais, expresso logo no título do romance, Sertão, remete-se a uma região isolada, longínqua de centros urbanos ou de médias e grandes concentrações humanas. Outra designação muito comum utilizada nesta região é o conceito de “Gerais”, terras vastas que carrega em seu maior sentido o fato de serem terras comuns, sem uma designação de propriedades.

Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade. o urucúia vem dos montões oeste. Mas, hoje, que na beira dele, tudo dá - fazendões de fazendas, almagem de vargens de bom render, as vazantes; culturas que vão de mata em mata, madeiras de grossura, até ainda virgens dessas lá há. O gerais corre em volta. Esses gerais são sem tamanho. (ROSA, posição 52-56)

De acordo com Albertina Vicentini (2016), o conceito de Sertão está intimamente ligado ao conceito de Cerrado, este mais abrangente e delimitado que aquele. A denominação de Cerrado e Planalto Central começaram a ganhar mais visibilidade a partir dos anos 1950 com os discursos do então presidente Juscelino Kubitschek a respeito da construção da atual capital nacional em seu plano “desenvolvimentista”.

O discurso do cerrado, portanto, parece ser uma forma, de início de se associar ao discurso econômico e político governamental da produtividade no campo (obtido via desenvolvimento capitalista) para, posteriormente, oferecer à nação uma nova face goiana e retirar Goiás da situação de estado periférico nacional. Os discursos da Economia, Geografia Física e Planejamento Governamental, em conjunto com as pesquisas sobre o cerrado, parecem ter sido os aliados da hora em que se substitui, por aqui, a noção de fronteira. O cerrado, segundo esse discurso ideológico, seria 'a realidade' do estado no presente para o futuro. E, para quem quer começar do zero, nada mais fácil do que assumir o discurso mais asséptico (politicamente falando), mais diretivo, preciso, científico e verificável como o da geografia física: cerrado – terra sem homem e sem história – aliado à produtividade econômica. (VICENTINI, 2016, p. 25)

No entanto, para pensar e implementar no território, fonte dessas interações, ações e técnicas que convergem ao interesse e bem-estar desse todo complexo, da biodiversidade aqui existente, faz-se necessário, segundo Jonas (2006, p. 42), estender a reflexão sobre as alterações provenientes do fazer humano e “avançar para além da doutrina do agir, ou seja, da ética, até a doutrina do existir”. Para isso, é imprescindível que toda a fonte de transformação de um espaço geográfico se faça tão somente a partir de um saber preexistente, sendo ele um saber tradicional, inter e intra geracional, ou um saber previdente que sustente o saber técnico, entendendo a importância do reconhecimento da ignorância humana em constante dialética com a obrigação do saber, instruindo, através da ética, o autocontrole, elemento essencial sobre o excessivo poder abusivo das técnicas humanas à natureza extra-humana.

## 2.1 Território do PNGSV

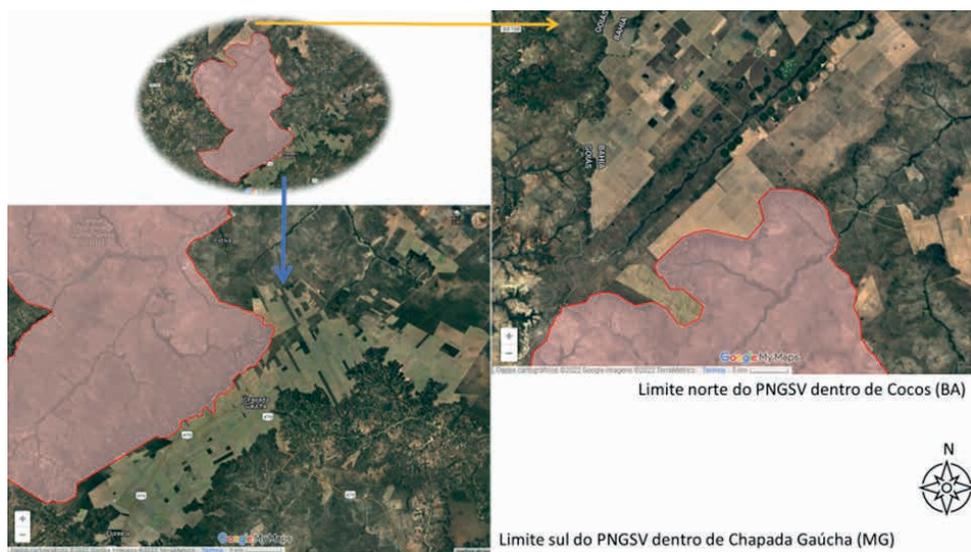
O Parque está localizado no território de dois estados brasileiros, Minas Gerais e Bahia, e também faz fronteira com a divisa de outro estado, Goiás, essa tríplice fronteira é constituída por interesses e ações específicas de ordem de interesse dos governos de cada Unidade da Federação em que o Parque se insere ou faz divisa.



**Mapa 1:** Localização do PNGSV

Fonte: Adaptado pela autora a partir do Google Earth (2022).

No estado baiano, a sede urbana do município de Cocos encontra-se à 390 Km do acesso por rodovia mais próximo do Parque, que situa-se em Chapada Gaúcha, Minas Gerais. Em sua porção que abriga o PNGSV naquele município, percebe-se na fronteira norte uma forte pressão no uso do solo pela produção agrícola que se utiliza do Rio Formoso para sua irrigação.



**Mapa 2:** Usos do território nas proximidades do PNGSV

Fonte: Adaptado pela autora a partir do Google Earth (2022).

Já na fronteira sul do Parque, a pressão se dá por parte da produção de monocultivo no município de Chapada Gaúcha.

O marco regulador primordial do Parque encontra-se no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, que objetiva definir, em categorias de proteção, as áreas a serem objetos de resguardo e os entes competentes de responsabilização, nesta situação específica, federação, estados e municípios que abriga o território dessa Unidade de Conservação. Seu Plano de Manejo foi executado pela FUNATURA, Fundação Pró-Natureza, em parceria com o IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, MMA, Ministério do Meio Ambiente, então ministra, em 2003, Marina Silva. Em consonância com ações específicas estaduais e municipais.

Cabe mencionar que o decreto que cria o Parque é o Decreto N° 97.658, de 12 de abril de 1989, que demarca o território do perímetro correspondente a área a ser conservada, estando a ordem de desapropriação das terras ocupadas inseridas nos limites do novo Parque.

## **2.2 Territorialização do PNGSV – desterritorialização e reterritorialização**

Generaliza-se cada vez mais o território. Os usos se configuram cada vez mais como expressividades de um exógeno miscigenado que nem caracteriza o próprio território em si nem, muito menos, o território que se remodela e se fixa essa miscigenação desprovida de expressões culturais produzida a partir da relação sujeito-território.

Vale ressaltar que nisso a América Latina tem histórico porém, diferentemente da miscigenação cultural entre ameríndios, africanos e europeus, fato que gerou a diversidade pluricultural brasileira, atualmente, essa implosão da multiplicidade de ideologias que expressam, em poucos índices culturais, efêmeros, se espraiam e instalam a aculturação, desterritorialização, típico das sociedades urbanas que não se reconhecem em suas culturas originárias, buscando a qualquer preço exportar os traços culturais da moda, tornando-se simulacros de identidades vazias.

Ao citar Raffestin (1986, 1988), Haesbaert (1997) menciona que aquele autor muito se dedicou ao conceito de território, denominou o processo de T-D-R: Territorialização – Desterritorialização – Reterritorialização. Nesse autor, a territorialização humana, seus laços constituídos na relação com o território de vivência “pode ser definida como ‘o conjunto de relações que desenvolve uma coletividade – e, portanto, um indivíduo que a ela pertence – com a exterioridade e/ou a alteridade por meio de mediadores ou instrumentos” (RAFFESTIN, 1986, p. 183, 1988, p. 365, apud HAESBAERT, 1997, p. 32).

Segundo Haesbaert (1997), é atribuído ao que grupos migratórios sulistas denominam por “modernização” o que gera confronto direto com as tradições das populações locais previamente instaladas, gerando interferência direta no processo de reformulação de novos territórios: novas formas de territorialização sulista frente à desterritorialização dominante,

mas não exclusiva, entre os sujeitos ali situados previamente.

Em síntese, podemos afirmar que a desterritorialização contemporânea, fruto sobretudo de uma longa história das relações capitalistas, é produto/ produtora das inovações tecnológicas impostas pelos capitalistas e pela sociedade de consumo, que podem gerar uma crescente mobilidade (de pessoas, mercadorias e informações), do relativo desmonte do Estado-nação e do domínio que exercia sobre sua territorialidade (enfraquecendo as formas tradicionais de cidadania e de controle político sobre as transformações territoriais) e da crise de valores que gera uma crise de identidades, incluindo as identidades com a natureza (cada vez mais devastada e “enclausurada” em reservas de acesso controlado) e com o território em sentido mais amplo (HAESBAERT, 1997, p. 112).

Ainda na constituição conceitual deste autor, tecendo novos arranjos políticos e uma atmosfera de atritos culturais somados a competitividade e desigualdade socioeconômica. Capaz de promover territórios virtualmente abertos e potencialmente “multiculturais”, porém, também é passível de destruir fronteiras de controle e referência, diluir relações interpessoais diretas, mediadas por dispositivos de tecnologia, a promover desemprego estrutural e o “novo nomadismo” de empregos temporários, o que afeta profundamente a desigualdade entre os diferentes estratos sociais.

Tal qual Santos (2002) sintetiza que, com muita frequência, as ideias de lugar e localização, antes gêmeas, aparecem dissociadas:

Uma dada fração do território permanece no mesmo ponto de encontro das coordenadas geodésicas, marcada pelas mesmas características geográficas e frequentemente guardando o mesmo nome herdado. Isso é o seu lugar físico. Sua localização, seu lugar econômico e social (e político), está mudando, segundo uma lei que é a da nação como um todo. No caso do brasileiro, tal mudança, rude e perversa, frequentemente decorre de fatores distantes e estranhos, sem possibilidade de contraponto local. A própria lógica interna de lugar, que deveria guar e apoiar as tarefas dos governos locais, é com frequência deslocada, tornada alheia, no sentido de estranha. Mas a organização político-territorial ainda é pensada como se houvesse unidade entre lugar e localização e como se os meios materiais e jurídicos para enfrentar a nova síntese histórica pudessem ser os mesmos. (SANTOS, 2002, p. 22-23)

A categoria de lugar, na maioria dos territórios, configura-se meros receptáculos de rupturas culturais, conduzindo os sujeitos do lugar, antes territorializados, expressões da errância. Enquanto no território os Estados se organizam e, a partir de simulacros que combinam recortes temporais específicos, ressaltam a estrutura dos grupos que estão no poder, utilizando-se desses simulacros como uma espécie de “coleira” da existência coletiva grupo social ali instalado momentaneamente.

A época de produção do romance, era comum os poucos que detinham registros de terras, cediam porções aos que hoje se identificam como generalistas, grupos uni ou plurifamiliares que se instalavam nessas terras compreendidas como Gerais, nas margens



Os grupos indígenas ou populações tradicionais, como o caso dos geralistas detinham “apenas” a posse física do território que habitavam. Essa territorialização se deu ao longo de séculos de uso por uma sequência de antecessores, com vasto conhecimento do território, principalmente no que se referia biodiversidade desta região: conhecimento sobre plantas e animais, designação de usos, plantio e colheita em equilíbrio com o que o solo e o clima possibilitava.

Em suma, as populações territorializadas na região, foram desterritorializadas. Os indígenas foram expulsos, quando não massacrados pelos bandeirantes que impuseram, a força, a posse documentada das terras. E, atualmente, os geralistas e quilombolas que habitavam o que hoje se faz território do Parque, foram retirados e reterritorializados em Projetos de Assentamentos (PA) nas proximidades desta Unidade de Conservação. O que configurou um processo irreversível de aculturação, pois antes os geralistas tinham uma possibilidade de plantio e criação de animais para seu sustento. Assim, em sua maioria, eles se instalavam em regiões de veredas para realizar suas plantações, pois ali tem água, espaços da produção dos fazeres da vida humana, por isso também conhecidos como veredeiros.

Com a implementação do Parque os veredeiros foram retirados das veredas, além de dispor de um território vasto que garantia sua expressão cultural, e assentados em Projetos de Assentamento em Chapadas. Aos que conhecem essa forma de relevo como os próprios veredeiros, sabem que, secularmente, não se planta em chapadas, pois, como escreveu Guimarães Rosa, nas chapadas a água “sorveta”,

Ou seja, nas chapadas, a água não faz poça, ela infiltra a 180, 200 metros de profundidade. Por isso, o camponês não consegue plantar na chapada. Essa água que infiltra, vai formar o lençol, que escoar para a vereda. Ali, sim, ele planta. As populações tradicionais de Cerrado estabelecem, então, uma combinação de práticas produtivas, ecologicamente adaptadas às características de cada uma dessas feições. (PORTO-GONÇALVES, 2014, p. 7)

Logo, esse deslocamento de território, imprime uma perversa ruptura entre o sujeito e seu território. Esse deslocamento não é somente físico é também temporal, extrai do sujeito territorializado a ausência de uso e usufruto dos eventos e lugares de seu passado, provocando mudanças permanentes em sua identidade e, conseqüentemente, cultura. Desterritorializando o sujeito em seu tempo-espaço.

O Cerrado tem um enorme patrimônio acumulado de conhecimentos, de dinâmicas ecológicas e de especificidades e complementariedades entre as unidades da paisagem. Com base nesse acervo, nos últimos anos algumas iniciativas em torno do agroextrativismo vêm se estruturando. Algumas extraem mais de 100 produtos, a partir de resinas, frutos etc., beneficiando milhares de famílias. Essas iniciativas dão um testemunho dessa convivência entre agricultura e extrativismo, do manejo integrado das paisagens de Cerrado por seus povos. (PORTO-GONÇALVES, 2014, p. 8)

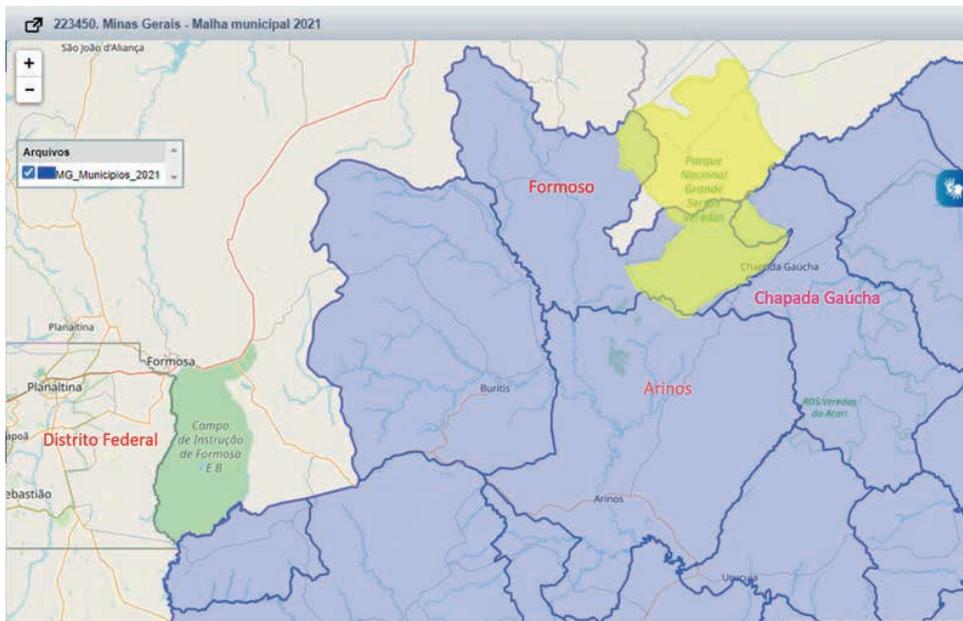
Para se alcançar a defesa das áreas que se deseja preservar, através das Unidades de Conservação, antes há a necessidade de se entender que essa preservação passa, prioritariamente pelos povos que ali residem e convivem, muitas vezes, em equilíbrio com o lugar em uma complexa e profunda relação com o território, expressão de vida a esses sujeitos territorializados. Uma vez que, os que destroem a diversidade do lugar são os externos a esse lugar, sem nenhuma relação convívio e representatividade identitária.

### **3 | A RETERRITORIALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O TERRITÓRIO DO PNGSV**

O enfoque desta pesquisa se dará, principalmente, nos municípios mineiros, uma vez que as ações e impactos da instalação do PNGSV se percebe sobretudo no território deste estado, seja no caráter literário da obra de Rosa, seja nos usos e conflitos ali existentes.

Compreender a forma de atuação e o protagonismo desses entes político-administrativos é essencial para caracterizar o papel dessas pequenas cidades em sua dinâmica local e também global, uma vez que, esses municípios desempenham atividades de repercussão nesses dois âmbitos, seja na projeção do romance rosiano, seja na produção de commodities ao mercado global.

Para isso, é imprescindível registrar que, assim como expõe Endlich (2006, p. 52), esses “pequenos centros urbanos” carregam em sua trajetória histórica e expressão territorial diferenças, “possuem conteúdos diferentes que em alguns casos geram relações hierárquicas entre elas”. A dinamização relacional dessas cidades, através de interação com” atividades comerciais e equipamentos de serviços públicos e privados um pouco mais diversificados funcionam como polos microrregionais.”



**Imagem 2:** Municípios que compõem o PNGSV

Fonte: Adaptado pela autora a partir de IBGE Cidades.

Assim, os municípios mineiros que dispõem de território que forma o PNGSV, tendo suas zonas urbanas dentro da área de influência direta são: Arinos, Formoso e Chapada Gaúcha. Municípios com população de 17.674 habitantes, 8.177 habitantes e 10.805 habitantes respectivamente, segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –, censo de 2010. Esse mesmo instituto elege os três municípios supracitados como de hierarquia 5, centro de influência local.

A hierarquia urbana indica a centralidade da Cidade de acordo com a atração que exerce a populações de outros centros urbanos para acesso a bens e serviços e o nível de articulação territorial que a Cidade possui por estar inserida em atividades de gestão pública e empresarial. São cinco níveis hierárquicos, com onze subdivisões: Metrôpoles (1A, 1B e 1C), Capitais Regionais (2A, 2B e 2C), Centros Sub-Regionais (3A e 3B), Centros de Zona (4A e 4B) e Centros Locais (5). Alguns Municípios são muito integrados entre si e constituem apenas uma Cidade para fim de hierarquia urbana, tratam-se dos Arranjos Populacionais, os quais são indicados no complemento da hierarquia urbana quando ocorrem. IBGE Cidades (2018).

O município de Arinos insere-se na região de influência de Unaí, Minas Gerais, este sendo um Centro de influência Subregional de categoria B (3B), situado na mesorregião do noroeste mineiro segundo os mesmos critérios do IBGE Cidades, 2018. Seu município vizinho, Chapada Gaúcha, encontra-se na mesma região de influência, distinguindo-se no que diz respeito a mesorregião, este, no norte de Minas Gerais. Já o município de Formoso,

encontra-se na mesorregião do noroeste mineiro, fazendo parte do Arranjo Populacional de Brasília, Distrito Federal, está sendo de categoria metropolitana nacional de nível 1B.

Para se compreender a relação de influência que o PNGSV exerce nessa região é importante mencionar suas proporções em cada município segundo seu Plano de Manejo.

Da área total do Parque ( 83.363 hectares), 70% (58.800 ha) está dentro do município de Formoso, 20% (16.800 ha) no município de Arinos e 10% (8.400 ha) no município da Chapada Gaúcha. Esta parte pertencente à Chapada Gaúcha, anteriormente pertencia ao município de Januária. A partir de 2000, através de lei estadual, parte da área de Januária foi incorporada ao município da Chapada Gaúcha, na qual está inserida a área do Parque. (FUNATURA, 2003, p. 33).

Os municípios que atualmente integram o PNGSV, na carta de comemoração do centenário da independência brasileira, datam de 1927, aparece como territórios pertencentes a dois municípios, Januária e Paracatu, ambos com uma abrangência grande de terras no norte e noroeste mineiro.

Devido aos fomentos federais e estaduais à interiorização do Brasil como PRODECER (Programa de Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados) POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) que, segundo Matos e Pessôa (2014), atuou ativamente através de crédito agrícola, subsídios para exportação, incentivos fiscais, investimentos em infraestrutura (eletrificação rural, implemento de sistemas de beneficiamento e armazenamento de produtos e insumos agrícolas), construção de rodovias para expandir a agricultura empresarial no Cerrado . Reflexo disso pode ser percebido nos municípios mineiros que sofreram uma radical transformação político-territorial, desmembramentos múltiplos externos e, junto a esses, sobreposição e imposições histórico-culturais dos novos “colonizadores”, em especial, os sulistas, habitantes da região sul do país que, através de incentivos financeiros adquiriram grandes propriedades de terras a um baixo custo.

O Estado, por intermédio de políticas planejadas para o espaço agrário brasileiro, centraliza e determina o direcionamento da expansão do capital. O direcionamento para as áreas do Cerrado ocorreu após a década de 1970, a partir das políticas do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), com estratégias para ocupar economicamente e integrar essa região às demais regiões do Brasil. No entanto, as políticas públicas para a ocupação econômica e populacional dessas áreas tiveram os primeiros comandos nos anos 1930, com a Marcha para o Oeste, seguida pelos projetos de colonização e também pela construção de Brasília. Todos esses fatores, em especial a transferência da capital federal para o Planalto Central, metamorfosearam a configuração econômica e social da região Centro-Oeste do país. Essas metamorfoses foram ampliadas com a modernização da agricultura. (MATOS; PESSÔA, 2014, p.10-11)

Vale ressaltar aqui, que foi a partir de meados do século XX que, amparado por estudos e correção de solo que, institutos com Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária), “fizeram” das terras do Cerrado “produtivas”, até então, “pobres” e de pouco valor econômico. O mesmo poderia se dizer da própria região norte e noroeste mineiro, tida como uma das regiões mais “pobres” (e aqui se lê, improdutiva economicamente) deste estado brasileiro.

Apesar de conter a menor parcela do território do PNGSV, é no município de Chapada Gaúcha que se localiza o único portal de acesso ao Parque, fator esse que insere esse município também nas ações de turismo que são realizadas no Parque. Porém, em oposição a esse fato, percebe-se que a infraestrutura turística ainda é insipiente, possuindo poucos serviços e empreendimentos voltados ao fomento do turismo no Parque, seja por parte do setor público local, seja por parte do setor privado, havendo pequena oferta de hospedagem, guiamento turístico, alimentação, voltadas a atender esse público.

No estado baiano, o município de Cocos tem registro de sua história desde meados de 1712, ainda como arraial, tendo como primeiros habitantes originários, indígenas Caiapós que possuíam aldeia nas margens do Rio Carinhonha. Porém, com a chegada do hora caixeiro-viajante, hora mestre-de-campo do Rio São Francisco, Manuel Nunes Viana, instituído pelo Governador Geral de Minas Gerais em 1703, com a missão de criar gado, combater indígenas considerados hostis, extinguir quilombos existentes, punir bandidos, aventureiros e estrangeiros que permanecessem em terras do reino português, dentre outras. Que posteriormente, estabeleceu-se na região em 1712, ficou conhecido por bandeirante e aclamado pela historicidade registrada do município em questão. A partir daí o arraial se constituiu. Como em sua maioria dos municípios brasileiros, o nome Cocos designa, segundo o IBGE Cidades (2018), de uma antiga moradora que vivia margeando o Rio Itaguari. Ali, vendia coco babaçu e hospedava feirantes viajantes pela região.

Ao analisar a região, percebe-se que o Brasil regressa ao período do império, só que agora, não sendo Portugal o principal algoz, mas o que acostumou-se a chamar de capital, a liquidez generalizada de recursos econômicos das mais múltiplas fontes. Retoma-se o extensivo monocultivo, não mais de cana-de-açúcar no nordeste, devastando a Mata Atlântica do litoral brasileiro mas sim o bioma Cerrado, onde estão concentrados as fontes dos principais recursos hídricos nacionais. E ao mesmo passo que se secam esses recursos hídricos, juntamente, seguem minguando os recursos culturais dos sujeitos do lugar com a perda de seus territórios de existência.

#### **4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O maior erro que se incorreu no “enclosure” na demarcação do Parque foi interpretar que somente a “unidiversidade” natural precisava ser preservada, jogando na sarjeta de assentamentos a memória da maior parte do livro de Guimarães Rosa, os povos e personalidades retratadas, Riobaldo, demais jagunços, fazendeiros, ribeirinhos, quilombolas, todos os geralistas que, sem seu registro de existência, nunca haveria de ter

sido produzido o romance. Uma vez que é a existência do sujeito e sua relação íntima com seu território que nasce toda a trama da narrativa do Riobaldo. O sujeito que de tanto viver o território, torna-se parte integrante deste, em uma simbiose vital, onde sua separação sentencia ambos as mais diversas mazelas, a principal delas, a desterritorialização do sujeito territorializado, toda sua cultura e tradição, todo seu conhecimento, toda sua expressão de existência, o próprio sujeito.

A polarização entre o que se apresenta através da ideologia formulada como “modernidade” que se reproduz por vias de índices de crescimento econômico isolados de seu contexto socioambiental atual a partir das atividades que, por um viés político e econômico, adota-se na região a produção exacerbada e descontrolada de monocultivos que se estende por uma vasta extensão cerratense, inviabilizando o desenvolvimento socioambiental e, por consequência, gera maior disparidade entre quem se beneficia com esse tipo de produção, e quem de fato resiste no lugar. Beneficiários unicamente do capital ali gerado que muitas vezes nem neste território se encontram, ausência de relação sujeito-território, constituem residência em grandes metrópoles mundiais.

Aqui, é importante ressaltar o aumento da insegurança alimentar dos cidadãos brasileiros e da criação dos “desertos alimentares” – substituição de alimentos naturais por alimentos processados ou ultraprocessados, muitas vezes provenientes de altos graus de agrotóxicos, um segmento que enriquece cada vez mais a indústria farmacêutica com seus inúmeros suplementos nutricionais.

Constata-se assim, mais uma vez, as solidariedades verticais entre empresas de diferentes segmentos que se beneficiam mutuamente com as mazelas humanas, ou seja, retira-se o alimento em sua forma natural da base da alimentação do brasileiro, seleciona um número mínimo de alimentos que serão reproduzidos e processados em seu extremo - ao ponto de alguns não mais conseguirem ser reproduzidos de forma natural, como é o caso de espécies de trigo – oferta alta de produtos ultraprocessados de base principal de trigo, milho, com grande quantidade de açúcares, gorduras saturadas e sal.

Aliado a isso, toda uma indústria farmacêutica “pronta” para repor as ausências de nutrientes, causa das deficiências alimentares. Nesses processos cíclicos e viciosos, onde analistas extremamente especializados produzem relatórios, estudos, pesquisas para dar suporte estatístico e construir ideologias que sustentem esses embasamentos propagados por empresas cada vez mais nefastas, que se utilizam, frequentemente, do termo “sustentabilidade”. Pesquisas essas completamente separadas dos territórios que são friamente analisados por imagens de satélites e sustentadas em outros relatórios estatísticos, metadiscursos ideológicos, sem nenhum compromisso com a complexidade e integridade do território e da sociobiodiversidade real.

Aponta-se aqui como alternativa ao desenvolvimento regional, o que poderia gerar um equilíbrio entre o crescimento econômico das empresas multinacionais e um real desenvolvimento social e ambiental, seria fortalecer os produtores rurais através de

incentivos à produção e reconhecimento de sua real importância na constituição alimentar nacional. Estes que ainda resistem e que, verdadeiramente, alimenta o brasileiro.

Não aos brasileiros que estão produzindo ração para animais estrangeiros em suas casas confortáveis na Suíça, mas os que residem e resistem em solo nacional, sendo, frequentemente, envenenado por agrotóxicos, seja através dos sistemas hídricos comprometidos, seja na aplicação direta desses produtos no solo, seja através do consumo dos alimentos originados a partir deste tipo de plantio.

Os incentivos acima mencionados precisam ser criados, em paralelo com o aparelho estatal-privado, uma vez que se percebe uma forte aliança entre as políticas forjadas por esse desgoverno atual e esses grupos de empresários que tem por interesse captar cada vez mais, recursos econômicos, sem nenhuma responsabilização socioambiental, verdadeiros cânceres no corpo enfermo das sociedades pós-modernas.

Fato é que o conhecimento científico se associou também a esse grupo de poderio econômico. Isso é algo que precisa ser mudado, a academias, universidades próximas a região em questão, em especial os cursos da área das Ciências Humanas, precisa voltar a fazer parte deste cenário, de maneira mais atuante e fornecer instrumentos e alternativas de desenvolvimento aos grupos sociais desprovidos de conhecimento a ativar ações políticas em seu favor. Essa balança tem que voltar a ser equilibrada, de um lado sujeitos do “dinheiro em estado puro”, do outro, sujeitos da “garantia e continuidade da vida”, em suas diversas formas de expressão.

## REFERÊNCIAS

ENDLICH, Ângela Maria. Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no noroeste do Paraná. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) - FCT/UNESP, Presidente Prudente.

GOOGLE EARTH. Versão 7.3.4.8642 (64-bit). Acesso em: 14 de fevereiro de 2022. [software].

HAESBERT, Rogério. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997.

IBGE Cidades, 2018. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em 21 de abril de 2018.

FUNATURA. Plano de manejo: Parque Nacional Grande Sertão Veredas. MMA/IBAMA/FUNATURA, Brasília, 2003.

JONAS, Hans. O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Tradução Marijane Lisboa, Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

JOSÉ, Oiliam. Índigenas de Minas Gerais: aspectos sociais, políticos e etnológicos. Belo Horizonte: Edições MP, 1965. Disponível em: <[http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3AJose-1965%20indigenas/JoseOiliam\\_1965\\_IndigenasMG.pdf](http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3AJose-1965%20indigenas/JoseOiliam_1965_IndigenasMG.pdf)>. Acesso em: 18 de março de 2022.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A apropriação do Cerrado pelo agronegócio e os novos usos do território. In: Revista CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária. v. 9, n. 17, p. 6-26, abril, 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Descolonizar o pensamento, condição para a sustentabilidade: diálogo com o Carlos Walter Porto-Gonçalves. [Entrevista cedida a] Mônica Nogueira. Sustentabilidade em Debate, Brasília, v. 5, n. 3, p. 159-168, setembro à dezembro, 2014.

PROJETO CHOROGRAPHICO Municipal do Estado de Minas Gerais – 1927: Estudos Críticos, 2022. Disponível em:<<http://www.albumchorographico1927.com.br/>>. Acesso em: 11 de março de 2022.

ROSA, João Guimarães. Grande Sertão: Veredas. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1967. E-book (8564 posições).

SANTOS, Milton. O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

VICENTINI, Albertina. Tal Sertão, Qual Cerrado? Goiânia: Gráfica UFG, 2016.

# A EXPANSÃO DO TECIDO URBANO DAS ÁREAS DE OCUPAÇÕES INFORMAIS NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS ENTRE 2010-2023

*Data de aceite: 03/07/2023*

**Maristel Coelho San Martin**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre/RS  
<http://lattes.cnpq.br/3512049045690587>

**RESUMO:** Esta pesquisa tem como objetivo identificar se houve expansão do tecido urbano das áreas de ocupações informais no município do Rio Grande/RS no período entre 2010 a 2023, onde estão localizadas essas áreas e verificar quais passaram por processo de regularização fundiária. Para tanto foi realizado uma revisão bibliográfica, levantamento de dados, pesquisa documental e trabalho de campo. O recorte temporal compreende o período do auge ao declínio de um Polo Naval instalado na cidade e o período da pandemia da Covid-19. Os resultados apontaram uma crescente expansão urbana destacada pela desigualdade de classes sociais, principalmente, na periferia noroeste do município.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ocupações Irregulares; Rio Grande; Polo Naval; Produção do Espaço.

**ABSTRACT:** This research aims to identify if there was an expansion of the urban fabric of areas of informal occupation in the municipality of Rio Grande/RS in the period between 2010 and 2023, where these areas are located and to verify which ones went through the land regularization process. For that, a bibliographic review, data collection, documental research and field work were carried out. The time frame comprises the period from the peak to the decline of a Naval Pole installed in the city and the period of the Covid-19 pandemic. The results point to a growing urban expansion highlighted by the inequality of social classes, mainly in the northwest periphery of the municipality.

**KEYWORDS:** Irregular Occupations; Rio Grande; Naval Pole; Space Production.

## 1 | INTRODUÇÃO

A ocupação informal do solo é frisada como um dos principais problemas urbanos do Brasil. Isso decorre, pois, os diferentes ciclos econômicos ocasionaram um desenvolvimento das cidades de forma desordenada contribuindo cada vez mais com a segregação espacial, as desigualdades de classes sociais e a

proliferação de áreas de ocupações informais. Cabe ressaltar que o aumento do valor do solo, o processo de imigração e a falta de poder aquisitivo para compra de um terreno ou residência são fatores que impulsionam o surgimento das invasões, loteamentos clandestinos, irregulares e/ou grilados.

Nas últimas décadas, o município do Rio Grande/RS, foi palco de grandes mudanças políticas, econômicas, sociais e espaciais, uma vez que, a implantação de um Polo Naval, atraiu empresas e serviços para a região suscitando no aumento do valor da terra e um fluxo intenso de imigração em busca de emprego e melhores condições de vida. Embora as circunstâncias tenham gerado um expressivo número de postos de trabalho, uma parcela da população não conseguiu atender suas perspectivas na cidade, já que havia exigências de qualificação da mão de obra para adquirir uma vaga de emprego. Dessa forma, a expectativa de conseguir um trabalho, a falta de recursos financeiros para manter um aluguel, e a ausência de alternativas para regressar para seu município de origem fizeram com que alguns indivíduos se fixassem nas margens da cidade por meio de ocupações informais.

É importante destacarmos que nesse período das atividades do Polo Naval, houve uma série de empreendimentos habitacionais de iniciativa pública e privada, além da regularização fundiária de diversos locais. Entretanto, esses empreendimentos não foram suficientes para atender a demanda e parte da população ficou de fora dos programas de habitação popular, por não estarem dentro das normas exigidas para a participação. Já em meados de 2016, o município passa a enfrentar novamente o aumento do desemprego devido ao encerramento das atividades do Polo Naval e de outras empresas e serviços relacionados a esse setor, ocasionando novamente a expansão do tecido urbano com mais ocupações informais.

Essa mesma situação é vista a partir de março de 2020, as quais as medidas de distanciamento social para prevenção da disseminação da pandemia da COVID-19 ocasionaram o fechamento de diversos estabelecimentos, agravado ainda mais o quadro econômico da cidade e a ascensão do desemprego. Compreendemos que o surgimento e a expansão dessas ocupações ocorrem de forma rápida, tornando-se necessária a realização de pesquisas mais frequentes dessas áreas, em prol de contribuir com a criação de políticas públicas eficazes que visem reduzir essas áreas, garantindo o direito à cidade a todos. Desse modo, surge os seguintes questionamentos: Houve expansão do tecido urbano das ocupações informais no município do Rio Grande entre 2010 e 2023? Foi realizado o processo de regularização fundiária nesse período?

A presente pesquisa tem como objetivo identificar se houve expansão do tecido urbano das áreas de ocupações informais no município do Rio Grande/RS no período entre 2010 a 2023, onde estão localizadas essas áreas e verificar quais passaram por processo de regularização fundiária. O recorte temporal escolhido compreende o período do auge ao declínio do Polo Naval no município e o período da pandemia da Covid-19. Esses períodos

marcam a expansão da malha urbana dessa cidade.

## 2 | MATERIAIS E MÉTODOS

Para analisarmos a produção do espaço urbano, utilizamos o método regressivo-progressivo de Henri Lefèbvre, já que, cada atividade realizada no presente são reflexos de ações concretizadas em tempos distintos do passado. Cabe salientarmos que para compreendermos o espaço geográfico, devemos analisá-lo utilizando as categorias forma, função, estrutura e processo, uma vez que, essas irão explanar as transformações decorrentes no tempo em cada local (LEFÉBVRE, 2000; SANTOS, 1985). Como recorte espacial escolhemos o primeiro distrito do município do Rio Grande, visto que, existem poucos estudos sobre ocupações informais nessa cidade.

A partir disso, foram realizadas revisões bibliográficas sobre a produção do espaço urbano, ocupações informais e o histórico do município. Logo após, fizemos um levantamento de dados na prefeitura, o qual adquirimos o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, um mapeamento dos assentamentos informais e das áreas que estiveram ou estão em processo de regularização fundiária. Para identificar quais áreas sofreram alterações utilizamos a ferramenta “imagens históricas” do Programa Google Earth Pro.

Também realizamos uma comparação entre os períodos 2010 a 2018 e 2018 a 2023 com relação ao comportamento de expansão das áreas já que em 2018 houve várias estagnações e surgiram outras duas ocupações. Por fim, realizamos um trabalho de campo para verificarmos as condições espaciais atuais.

## 3 | A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E AS OCUPAÇÕES INFORMAIS

O processo de produção do espaço urbano está relacionado às condições de vida e as necessidades da sociedade. Nesse espaço há conteúdos políticos, econômicos e sociais que estão conectados e em constante mutação. À vista disso, podemos considerar a cidade como um produto que sofre alterações em todas as épocas ou em períodos específicos, porém, difere-se do urbano.

De acordo com Lefèbvre (2000, p.49) a cidade é a realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico e o urbano é a realidade social composta por relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento. Todavia, o espaço urbano demonstra as diferentes formas espaciais de organização, uso e apropriação que ocorrem em um processo desigual e com disputas entre os agentes que produzem e consomem esse espaço, sendo eles: “os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos” (CORRÊA, 2004, p. 11). Conforme Corrêa (2004), a conduta desses agentes é intrincada, decorrendo da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de

reprodução das relações de produção e das lutas de classe que dela emergem.

Sendo assim, as relações sociais e a produção e reprodução do capital que irão criar as características de cada local. Durante um processo de produção do espaço, alavancado pela inserção de novas indústrias, a qual as transformações ocorrem de forma mais rápida, a tendência é que a cidade capitalista sofra um duplo processo de implosão e explosão socioespacial (LEFÈBVRE, 2000). Dessa forma, a implosão da cidade deixará fragmentos a partir de suas transformações e a explosão permitirá que o tecido urbano se estenda.

Nesse contexto, o setor imobiliário fragmenta o espaço urbano aumentando a segregação socioespacial. Desse modo, são criadas novas áreas que tiveram valorização em detrimento de outras, ocasionando um deslocamento das diferentes classes. Segundo Villaça (2001) a valorização da terra é determinada pelas suas características, ou seja, o acesso aos lugares, à presença de infraestruturas, as condições de relevo e suas vantagens, sendo fruto do relacionamento contínuo e progressivo entre as sociedades e a superfície terrestre.

Assim, resta aos mais pobres fixarem nas periferias economicamente vulneráveis e com pouca ou nenhuma infraestrutura (MARICATO, 2001). Conforme Corrêa (2004), esse grupo de pessoas são os agentes sociais excluídos que moldam o espaço urbano concentrando-se, muitas vezes, em ocupações informais. Essa informalidade surge como alternativa para solucionar a ausência de moradia devido à falta de recursos financeiros dessa população (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2000).

De acordo com Birckolz (2012, p. 1) “o termo ocupação irregular ou informal refere-se a todos os assentamentos urbanos efetuados sobre as áreas de propriedade de terceiros, sejam públicas ou privadas.” Logo, a ocupação irregular está presente nos loteamentos clandestinos ou irregulares. A distinção entre ambos é que nos loteamentos irregulares os proprietários possuem algum tipo de documentação, o qual lhe oferece uma segurança jurídica, pois esse é reconhecido pelo poder público local, mas, existe alguma pendência para que o loteamento ainda esteja irregular.

Já os loteamentos clandestinos, o poder público desconhece sua existência, não havendo segurança jurídica do local. Portanto, “são aqueles aprovados pela prefeitura, mas que não foram inscritos no Registro de Imóveis, ou o foram, mas são executados em desconformidade com a lei ou o plano e as plantas aprovadas” (ALTHAUS; ALBERTO & CABELLO, 2004, p. 201). Cabe destacarmos que, normalmente, as áreas ocupadas apresentam valor irrisório, algum tipo de vulnerabilidade ambiental ou ainda restrição legal para uso e ocupação.

Logo, ao mesmo tempo em que esses indivíduos contribuem para a degradação desse espaço, tornam-se vítimas do ambiente, visto que, ficam suscetível e vulnerável a uma série de riscos. Salientamos que a população dessas áreas vive em condições de desigualdade social, além da pobreza, exclusão e abandono, empregando sistemas de autoconstrução de moradias. A autoconstrução é a produção de uma habitação realizada

pela classe trabalhadora, com assistência de amigos e parentes, o qual, na maioria das vezes, a força de trabalho é apenas cedida.

Atualmente, é um processo que contribuiu com os níveis de espoliação urbana, visto que, resulta na edificação de habitações capazes de se deteriorarem de forma mais rápida, a partir do uso de materiais de baixa qualidade e técnicas rudimentares. Ademais, essas habitações são construídas conforme os recursos financeiros disponíveis no momento, exigindo reparos constantes. Dessa forma, surgem e crescem “aglomerados distantes dos centros, irregulares ou não, onde passa a residir crescente quantidade de mão de obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica” (KOWARICK, 1979, p.31).

É importante evidenciarmos que o primeiro fator que contribuiu para a geração desses assentamentos informais foi à criação da Lei 601/1850, denominada “Lei de Terras”, a qual determinava que para ter acesso às mesmas os cidadãos deveriam comprá-la, deslegitimando o acesso por meio de posse ou ocupação. Além disso, a maior dinâmica de urbanização no Brasil ocorreu a partir do processo de industrialização, da modernização e da conformação ao sistema capitalista internacional. À vista disso, os imigrantes que chegavam à cidade se inseriam no mercado de trabalho formal e informal, se instalando nos cortiços e nas periferias, construindo moradias improvisadas a partir da posse e ocupação da terra, já que muitos desses não possuem condições financeiras para adquirir sua própria habitação (KOWARICK, 1979).

Nesse mesmo período não havia preocupação com o déficit habitacional por parte do Estado, sendo assim, havia predominância de casas de aluguel. Com o tempo, algumas indústrias construíram vilas operárias em prol de resolver a questão dos problemas habitacionais para seus funcionários, porém, não foram suficientes. Conseqüentemente, as empresas transferiram para o Estado o custo de moradia, assim como, as despesas de transporte dos funcionários e serviços relacionados a infraestruturas, o que ocasionou a diminuição das vilas operárias, passando então a questão da habitação ser deliberada pelas relações econômicas no mercado imobiliário.

Logo, começa a crescer a periferia e o mercado de terras informais juntamente com as ocupações. Outro fato que contribuiu com o aumento da periferia foi às obras de saneamento básico para eliminação de epidemias, e o embelezamento paisagístico, visando combater as áreas insalubres e os casebres próximos aos centros urbanos (MARICATO, 2001, p.17). No que tange as políticas de enfrentamento aos problemas de déficit habitacional, podemos dizer que a primeira foi à criação da casa popular (FCP), a qual permitiu a instalação de um sistema nacional de financiamento habitacional.

Com a segunda revolução industrial, o aumento de fluxos migratórios e a expansão da periferia, houve mobilizações da sociedade civil, e de debates sobre as grandes reformas sociais. A partir disso, surge o Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana, que possibilitou a criação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) sendo criados também o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional da Habitação

(BNH). Por conseguinte, o SERFHAU coordenava a política habitacional e o BNH atuava como financiador dos programas habitacionais.

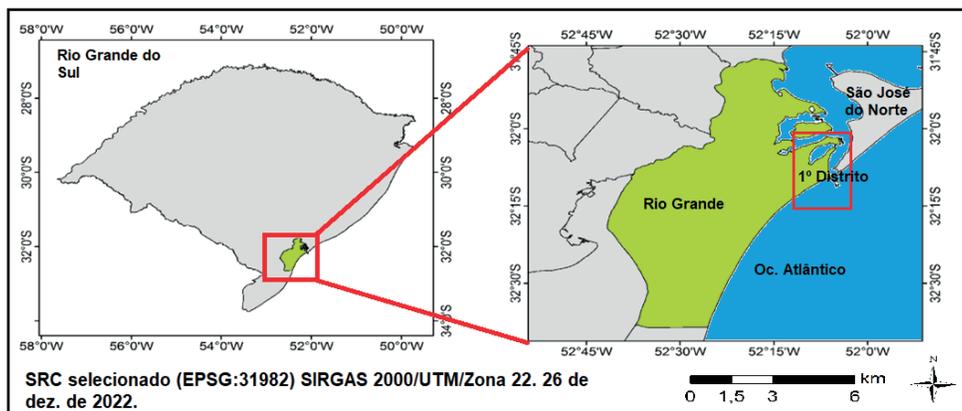
Ressaltamos que nesses programas havia a Companhia de Habitação (COHABs) voltada para a população que estava na faixa de três a cinco salários mínimos, e o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOPs), que era um sistema de cooperativas habitacionais em diversos Estados brasileiros, o qual, alguns bairros utilizam esse nome, pois foram formados por meio de construção cooperativista, para as populações que estavam na faixa de cinco a 12 salários mínimos (MARICATO, 2001). Posteriormente a esse período ocorre a crise do petróleo e a reestruturação produtiva internacional causando um significativo impacto na economia brasileira, que até então, mantinha forte o crescimento econômico (MARICATO, 2001). À vista disso, ocorre o encerramento das atividades do BNH transferindo as responsabilidades para a Caixa Econômica Federal (CEF), e em 1990, os investimentos públicos no setor social são suspensos, fazendo com que as décadas de 1980 e 1990 sejam marcadas pelo agravamento dos problemas urbanos, econômicos e sociais, expandindo as periferias e os assentamentos informais.

A partir de 2003 é implantado o Ministério das Cidades, “tendo como uma das principais funções ser uma grande fonte para a capacitação dos municípios e das lideranças sociais, capacitando-os para discutirem o plano diretor em suas cidades” (MARICATO, 2010, p. 12). Desse modo, a nova política nacional de habitação implantou o Fundo Nacional de Habitação e a Lei Federal 11.124/2005, a qual cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), exigindo que os Estados e municípios devam se adaptar a essa estrutura e criar planos estaduais e municipais para aderirem ao SNHIS, e terem acesso aos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) (SAN MARTIN, 2019). Dessa forma, parte das classes sociais de baixa renda passou a ter acesso a financiamentos para adquirir sua casa própria. Cabe salientarmos que também foi implantado o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) beneficiando famílias de renda bruta mensal de um salário mínimo até cinco mil reais.

Com o decorrer do tempo, houve alterações no valor do limite de renda, aumentando o mesmo para que a população de classe média acesse o programa. Diante desse contexto, as periferias passam a ser redefinidas com conjuntos habitacionais populares ou ainda com bairros de alto padrão.

## **4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO**

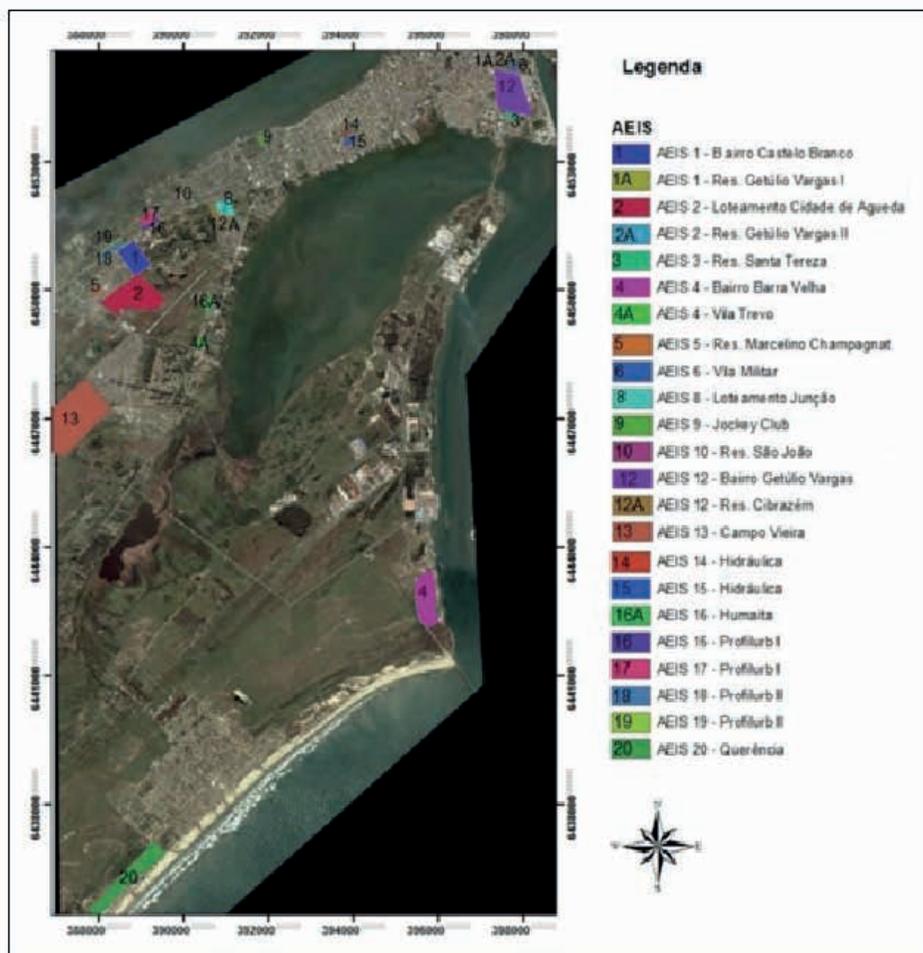
O município do Rio Grande está situado na Planície Costeira do Estado do Rio Grande do Sul. Durante a implantação e as atividades do Polo Naval, a cidade apresentou uma crescente densidade demográfica ocasionando a ampliação de sua malha urbana. Conforme o IBGE (2010) sua população era de 197.228 pessoas, sendo que, desse total, 50.910 não eram naturais do município, representando 25,8%.



**Figura 1: Área de estudo. Fonte:** Autoria própria

Segundo as informações parciais do censo do IBGE (2022), Rio Grande está apresentando uma redução de sua população, com um total de 191.719 pessoas correspondendo a 90,2% do censo já realizado. Provavelmente isso vem ocorrendo devido ao aumento do número de desempregos e da crise econômica agravada na cidade nos últimos anos. Diante do contexto municipal, ainda no período do Polo Naval e por meio do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Rio Grande (PLHIS/RG) foi possível verificar que o município necessitava regularizar 60% de suas áreas, o que representava cerca de 10 mil lotes.

À vista disso, em 2012, foram definidas 20 Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) que receberiam requalificação e/ou regularização fundiária (SAN MARTIN, 2019). Essas AEIS são ocupadas pela população de baixa renda e estão divididas em categoria (A) a qual estão ocupadas por assentamentos precários e (B) que são áreas vazias ou subutilizadas.



**Figura 2: Áreas especiais de interesse social (AEIS) em Rio Grande.**

**Fonte:** Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária do Rio Grande – SMHRF, 2012.

Destacamos que a regularização fundiária além de oferecer o direito social à moradia, ela regulamenta e legaliza a permanência de cidadãos na área ocupada e que desde 2013 cerca de nove mil lotes, em Rio Grande, entraram no processo de regularização fundiária sendo que a maioria já foi regularizado. Após o levantamento de dados foi possível verificar que esse município apresentou 81 locais com ocupações informais, sendo que, 60 estão localizados apenas no primeiro distrito até 2018. Entretanto se agregarmos as posses do mesmo bairro ou loteamento, obtemos um total de 54 áreas de ocupações informais no município como um todo.

Com relação ao comportamento dessas áreas podemos dizer que a maior parte surgiu na década de 1990 devido à crise no setor econômico que repercutiu no fechamento de várias empresas causando demissões de forma significativa. De acordo com Maricato

(2003) as décadas de 1980 e 1990 registraram a extensão da periferia juntamente com a concentração de pobreza em diversas cidades do país. No quadro 1, veremos o ano que cada ocupação surgiu e o seu comportamento espacial de 2010 a março de 2023.

<b>Localidades conforme as figuras 3 e 4</b>	<b>Início da ocupação</b>	<b>Situação de janeiro de 2010 a junho de 2018</b>	<b>Situação de julho de 2018 a março de 2023</b>
1- Bairro Getúlio Vargas	1922	Estagnadas e uma remoção	Estagnada e uma parte regularizada
2- Vila Militar	1999	Estagnadas	Regularizada
3- Vila Mangueira	1922	Expandiu	Estagnada e em processo de regularização
4- Navegantes	1970	Expandiu	Estagnada
5-Dom. Bosquinho	1970	Expandiu	Estagnada
6.Bairro Cidade Nova	1990	Expandiu	Estagnada
7 - Bairro Hidráulica	1990	Expandiu	Estagnada e em processo de regularização de uma parte
8 - Vila Eulina, Rural e Junção	1990/ 2007	Expandiram entre 2007 e 2009 e estagnaram	Estagnadas e vila Eulina regularizada
9- Joquei Clube	2015	Expandiram	Estagnada
10- Parque Residencial Coelho	1980/ 1990/ 2004/ 2018	Expandiram	Somente a mais recente vem se expandindo
11 - Vila Bernadeth, Ceres, Pio XII, Delga, Loteamento Albino, Santo Antônio e São Luiz	1990/ 2004	Expandiram	Estagnada e em processo de regularização
12 - Estrada Roberto Socoowski	1990/ 2018	Expandiram	Expandiram
13 - Cibrazém, Parque Marluz	1974/ 1980/ 1990/ 2020	Expandiram em 2004 e estagnaram	Nova área entre Cibrazém e Parque Marluz
14 - Vila São Miguel	1970	Expandiu	Estagnada
15 - Vila São João	1970	Expandiu	Expandiu
16 - Vila Recreio	1990 e 2009	Expandiu	Expandiu
17 - Comendador Carlos Santos (PROFILURB I)	1970	Expandiu	Regularizada
18 - Vila Santa Rita de Cássia (PROFILURB II)	1970	Expandiu	Regularizada
19 - Vila Maria dos Anjos	1990	Expandiu	Expandiu
20 - Castelo Branco	1996	Expandiu	Regularizada
21 - Cidade de Águeda	1998	Expandiu	Regularizada
22 - COHAB IV	2013	Estagnada	Regularizada
23 – Humaitá	2013	Expandiu	Regularizada

24 – Av. Itália próximo a entrada do aeroporto	2013	Expandiu	Estagnada
25 - Vila Maria José	2005	Expandiu	Estagnada/ regularizada
26 - Parque Marinha na divisa com Parque São Pedro	2009	Expandiu	Estagnada
27 - Boa Vista	1990	Expandiu	Estagnada
28 - Parque São Pedro	1990	Expandiu	Expandiu
29 – Querência/ Atlântico Sul	2013	Expandiu	A Querência e parte da Atlântico Sul foi regularizada, a outra parte dessa última citada expandiu
30 – Barra	1920	Expandiu	Expandiu e parte foi regularizada

**Quadro 1: Surgimento das ocupações informais e a situação atual de cada uma. Fonte:**Autoria própria

Segundo a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária (SMHRF), o Bairro Getúlio Vargas foi contemplado com o PAC - Intervenção em Favelas em 2012, e regularizou 2.039 lotes. Além disso, foi construído um condomínio com 220 apartamentos que contemplaram famílias de uma área desse bairro que foram removidas. Ademais, 630 famílias foram beneficiadas com melhorias habitacionais através de recursos do PAC e financiamento da Caixa Econômica Federal.

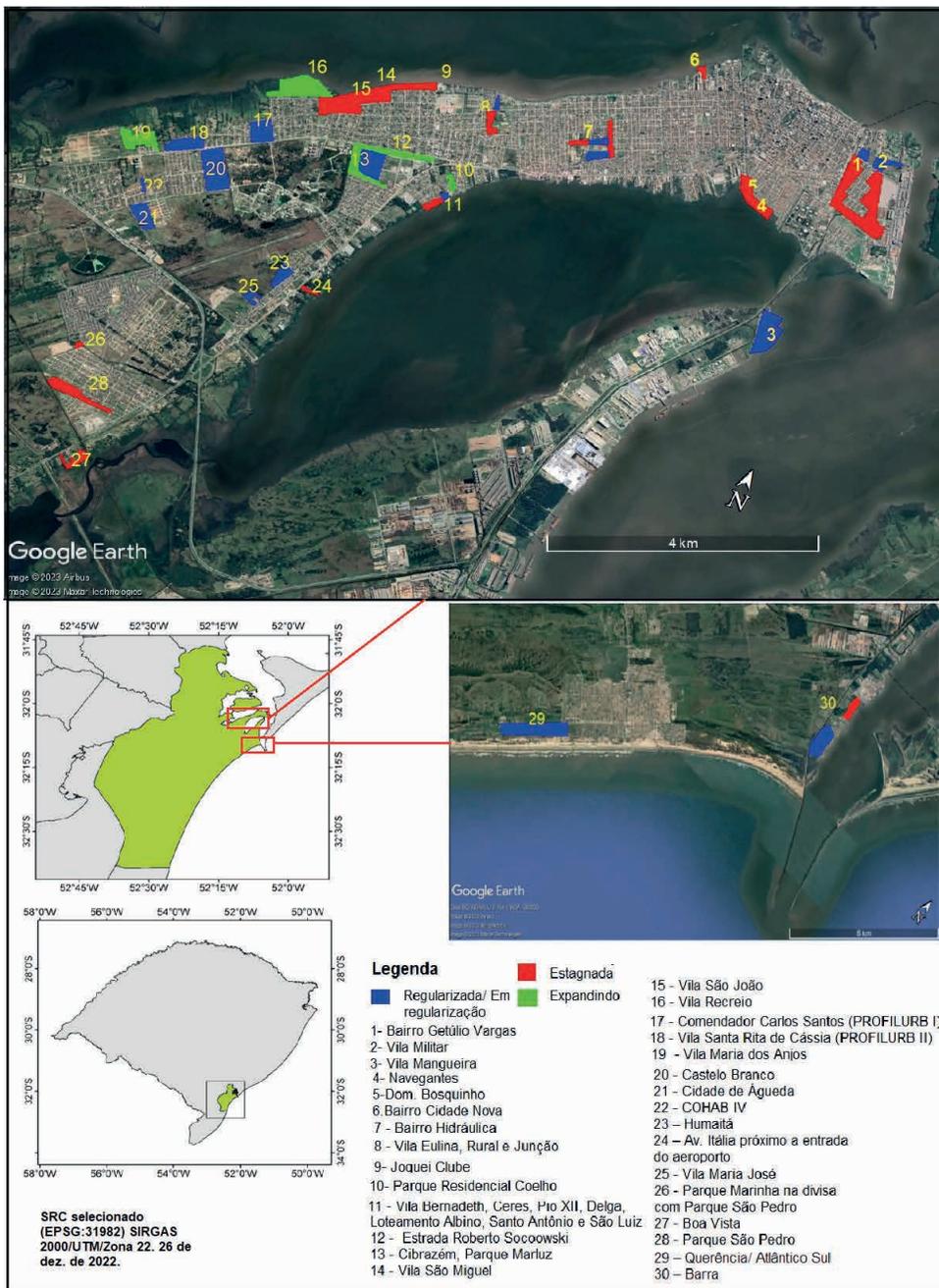


Figura 3: Localização das áreas de ocupação informal e áreas regularizadas ou em processo de regularização. Fonte: Google Earth Pro/ adaptação própria.

Quanto as demais áreas que já foram regularizadas, na figura 3, podemos visualizar à direita do mapa o local da Vila Militar que foi regularizado 28 lotes. Já as

vilas Mangueira, Dom Bosquinho, Bairro Hidráulica, Bernadeth e Vila Eulina estão em processo de regularização fundiária. A vila Dom Bosquinho terá 60 lotes regularizados, o Bairro Hidráulica 300 lotes por meio do Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado (PDMI) e a Vila Eulina 200 lotes.

Essa última por se tratar de uma área particular foi necessário que o Judiciário autorizasse a Prefeitura a promover essa regularização. Contudo, a solicitação foi aprovada e a documentação dos lotes está em tramitação final para a regularização. Na área central do mapa temos o Empreendimento Junção, do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, localizado ao lado da vila Cibrazém e Parque Marluz.

Nesse empreendimento já foram entregues aos beneficiários 156 casas e ainda estão em fase de construção 1.120 apartamentos. Destacamos que no entorno desse empreendimento surgiu uma nova área de posse entre a vila Cibrazém e o Parque Marluz. As áreas que compreendem as PROFILURBs I e II, Bairro Castelo Branco II, Cidade de Águeda, Humaitá, parte da Vila da Barra (Barra Velha) e Querência já foram regularizadas.

Segundo a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária (SMHRF), somente na região da COHAB e Castelo Branco II foram contemplados 1040 lotes para a regularização, 715 nas PROFILURBs I e II, 160 na Cidade de Águeda, 1007 na Vila da Barra, 1.800 entre Querência e Atlântico Sul e 155 na Vila Humaitá. Enfatizamos que estão em fase de conclusão 780 contratos da Profilurb e 930 da Barra Velha faltando apenas a entrega dos títulos de propriedades para acontecer no início de 2023.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O novo ciclo econômico promovido pelo Polo Naval juntamente com outras indústrias instaladas na região ocasionou o aumento do número de migrantes e a ascensão do valor do solo, acentuando as desigualdades sociais e a disputa pelo acesso à terra e a moradia. Durante esse período, foi possível perceber que mesmo com a elevação da economia municipal e a instalação de empreendimentos na região parte da população ficou de fora do acesso ao solo e as políticas públicas destinadas ao setor habitacional, demonstrando isso a partir da crescente expansão das áreas de ocupações informais, sobretudo na zona noroeste da cidade. É imprescindível destacarmos que as ações realizadas pelo poder público municipal visando a regularização fundiária foram de grande contribuição não só para a prefeitura quanto para as famílias contempladas, mas ainda se faz necessário a continuidade dessas ações nos demais distritos além do que já está sendo feito no distrito sede.

No que se refere ao período de 2018 a 2023 foi possível notarmos que há uma continuação das expansões dessas ocupações na zona noroeste do município mais precisamente nas áreas do entorno do Empreendimento Junção e outras localidades próximas da Laguna dos Patos como a Vila Recreio, São João e Maria dos Anjos.

Entretanto, a maior parte das ocupações que surgiram na década de 1990 encontram-se estagnadas, provavelmente, por não haver mais espaço para expansão. Uma alternativa para a diminuição desse problema poderia ser a restauração de prédios antigos em forma de condomínios ou residências menores destinadas aos moradores de áreas de risco e insalubres. Desse modo, além de devolver a função social desses prédios, diminuiria parte das áreas ocupadas e daria uma habitação digna a esses cidadãos, cujo pagariam pelo solo de acordo com suas condições atuais, em parcelas de valor menor, mas em um tempo maior.

## REFERÊNCIAS

ALTHAUS, ALBERTO & CABELLO. **A Ocupação Irregular do Solo Urbano na Ótica dos Direitos Humanos**. Revista de Ciências Jurídicas, Ponta Grossa, 2004.

ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. 2.ed. Petrópolis: Ed Vozes, 2000

BIRCKOLZ, C. J. **Ocupação irregular em Matinhos, Paraná: o caso do jardim schaffer**. In: III CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL. Goiânia, 2012.

BRASIL, **Lei N° 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm) Acesso em: 15 de fev. de 2018

BRASIL. **Lei N° 11.124/2005, de 16 de junho de 2005**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm) Acesso em: 28 de mar. 2018

CARLOS, A. F. A. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

IBGE: **Instituto Brasileiro de Geografia e estatística**. Censo Demográfico 2010 e Censo Demográfico (resultados parciais) 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: 11 de jul. de 2022

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

MARICATO, E. **Brasil cidades alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. E. Estatuto da Cidade Periférica. In: **O Estatuto da Cidade: comentado = The City Statute of Brazil: a commentary**. Celso Santos Carvalho, Ana Claudia Rossbach (org). São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.

\_\_\_\_\_. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estudos Avançados. Revista USP, Vol. 17, n.48, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf> Acesso em: 16/09/2018

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SAN MARTIN, M, C. **Análise da dinâmica de produção do espaço urbano nas áreas de assentamentos urbanos informais do município do Rio Grande/RS no período entre 2005-2018**. Dissertação de mestrado em Geografia. PPGGeo-ICHI/FURG, Rio Grande, 2019.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Hucitec, 1985.

SMHRF. **Localização das AEIS do Município do Rio Grande**. Prefeitura do Rio Grande. Rio Grande, 2012.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Stúdio Nobel, 2001.

# PELOS MEANDROS DA GEO-HISTÓRIA AMAZÔNICA: NATUREZA E HOMEM NO MÉDIO SOLIMÕES ATRAVÉS DO JOURNAL DE LA COMMUNAUTÉ DU SAINT ESPRIT

Data de submissão: 07/06/2023

Data de aceite: 03/07/2023

### Jubrael Mesquita da Silva

Universidade do Estado do Amazonas/  
CEST  
Tefé/Amazonas  
<http://lattes.cnpq.br/8051876148464703>

### Tenner Inauhiny de Abreu

Universidade do Estado do Amazonas/  
CEST  
Tefé/Amazonas  
<http://lattes.cnpq.br/1888620322695165>

### Luciano Everton Costa Teles

Universidade do Estado do Amazonas/  
CEST  
Tefé/Amazonas  
<http://lattes.cnpq.br/0779269175818800>

especialmente no campo da Geo-história.

**PALAVRAS-CHAVE:** Geo-história,  
Amazônia, Médio Solimões.

### THROUGH THE MEANDERS OF AMAZON GEO-HISTORY: NATURE AND MAN IN MIDDLE SOLIMÕES THROUGH THE JOURNAL DE LA COMMUNAUTÉ DU SAINT ESPRIT

**ABSTRACT:** the writing on canvas intends to make explicit the potential arising from the interfaces between History and Geography. Therefore, it seeks to present the manuscript *O Journal De La Communauté Du Saint Esprit*, its historical context and the man-nature relations that leap from its pages and that help us to understand the Amazonian space in its spatial and historical construction. The idea is to demonstrate the potential of this historical documentation for research, especially in the field of Geohistory.

**KEYWORDS:** Geohistory, Amazon, Middle Solimões.

## 1 | INTRODUÇÃO

A floresta amazônica sempre foi alvo de interesses por parte de grupos e países que não mediram esforços em

**RESUMO:** o escrito em tela possui como intento explicitar as potencialidades decorrentes das interfaces entre História e Geografia. Para tanto busca apresentar o manuscrito *O Journal De La Communauté Du Saint Esprit*, seu contexto histórico e as relações homem-natureza que saltam de suas páginas e que nos ajudam a compreender o espaço amazônico na sua construção espacial e histórica. A ideia é demonstrar as potencialidades desta documentação histórica para pesquisas,

direcionar as suas ações humanas na região. Antes habitadas pelos povos indígenas, que construíram suas culturas e organizações sociais na relação com a floresta, com produção de alimentos, artefatos, moradias, comércio de pequena e média distância (fluvial e de várzea e terra-firma), práticas religiosas e poder político centralizado (PORRO, 2017).

Com a chegada dos portugueses na América e sua irradiação pela Amazônia, o impacto entre eles e os povos indígenas foi inevitável, com graves consequências para estes últimos que tiveram suas culturas e seus modos de vida dizimados e alterados substancialmente (SOUSA, 2002). Mas resistiram, sobreviveram e hoje ainda lutam por seus territórios e suas culturas. Tal luta perpassou a formação do Estado Nacional brasileiro, Império e República, chegando aos dias de hoje.

Seja pela presença dos povos indígenas ou pelo contato e colonização, ou ainda pelo Estado Nacional brasileiro, o espaço amazônico foi construído a partir destas relações estabelecidas. A Geo-história procura focar justamente nisto, no entendimento da construção do espaço amazônico levando em consideração a sua metodologia de pesquisa.

Nessa esteira, o presente artigo tem como objetivo compreender, a partir do diálogo entre a História e Geografia e com foco no manuscrito *O Journal De La Communauté Du Saint Esprit*, a historicidade do espaço amazônico entre os anos de 1914-1939.

## 2 | O JOURNAL DE LA COMMUNAUTÉ DU SAINT ESPRIT (1914-1939)

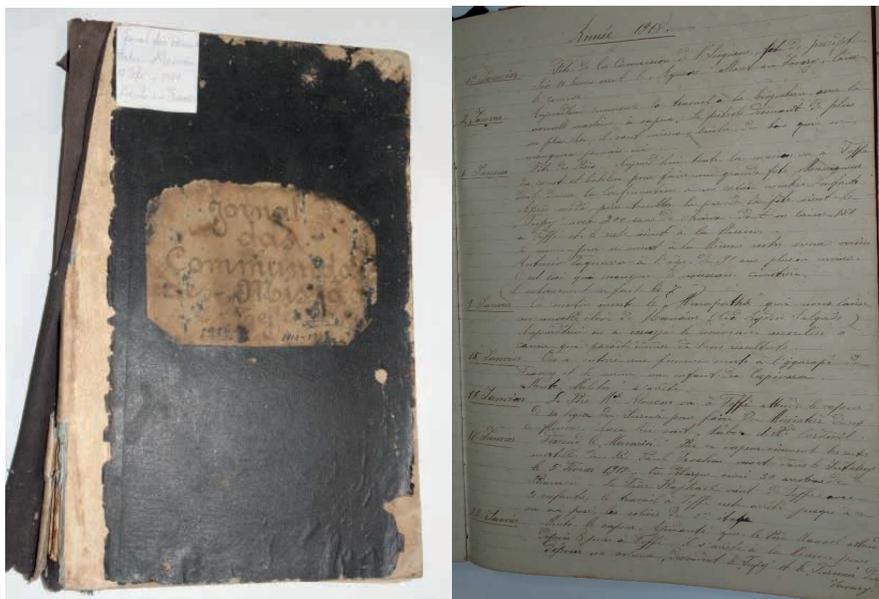
*O Journal De La Communauté Du Saint Esprit* se encontra no acervo da Prelazia de Tefé. Este acervo foi alvo de um projeto denominado “Acervo, História e Memória de Tefé/AM”, financiado pela Agência de Fomento do Estado do Amazonas (FAPEAM) e desenvolvido entre os anos de 2013 e 2015 (TELES et. al., 2015).

O acervo é de grande relevância histórica, pois nele existem registros sobre a Amazônia que remontam, sobretudo, ao século XIX e XX e que cobrem uma ampla área da região. Como salientam Abreu e Silva:

Esses documentos referem-se à história do Médio e Alto Solimões, uma vez que versam sobre cidades e regiões localizadas na calha do Solimões, mas também de seus afluentes. Cidades como Santo Antônio do Itá, Amaturá, Fonte boa, Tefé e outras são mencionadas em documentos que trazem consigo aspectos históricos delas. Documentos de batismo, casamento e periódicos constituem-se em exemplos significativos que se bem explorados possibilitam uma maior compreensão histórica da região (2019, p. 16).

São vários os documentos localizados no acervo, dentre eles *O Journal De La Communauté Du Saint Esprit*. Este diário carrega em seu bojo informações sobre a Missão, suas atividades missionárias, mas também sobre as festas populares e religiosas, a chegada e partida de barcos e lanchas, as relações de trabalho, o cotidiano local, etc. É de suma importância ressaltar que o referido manuscrito foi escrito em francês e que, portanto, foi necessário realizar a tradução para o português, como primeiro ato, para em

seguida observar e transcrever as informações contidas nele.



**Figura 1:** Jornal das Comunidades Missão Tefé. 1914 a 1939.

**Fonte:** JORNAL DAS COMUNIDADES MISSÃO TEFFÉ, 1914 a 1939, Manuscrito. Seção de Documentação Rádio Educação Rural de Tefé).

Assim como a tradução, fizemos um trabalho paleográfico, este entendido especialmente como reconstituição da escrita (do texto) do documento, em função da sua deterioração e, conseqüentemente, das suas páginas fragmentadas. Porém, para além disso, intentamos praticar o “Letramento Paleográfico” que consiste:

na habilidade de compreender e/ou produzir diferentes tipos de escrita, bem como entender os aspectos sócio-histórico-políticos e discursivos de cada escolha textual de registro. A perspectiva do LP não é unicamente a capacidade de decodificação e processamento dos caracteres ou formas escritas, mas também a percepção da escrita enquanto propulsora da interação social que acumula em si determinados traços de práticas culturais, e também a gestão de comandos que impulsionam o desenvolvimento de uma sociedade em todos os seus aspectos. É também a perspicácia de entender o que está por trás da escrita, além da materialidade textual, perceber seus autores, suas intenções e seus discursos (LOIOLA e XIMENES, 2021, p. 217).

A ideia aqui foi apenas apresentar a documentação primária “esquecida”, visando futuras pesquisas e análises sociais das informações nela contidas (LOSE e SOUZA, 2018) e observando a perspectiva do “Letramento Paleográfico”.

Uma vez feitos à tradução e a transcrição, tratamos de externar as potencialidades do diário para o estudo do espaço geográfico em sua historicidade. Dito em outros termos, a prática da chamada Geo-história, ou seja, a utilização da História “enquanto método e

processo para a análise e interpretação geográfica” (LIMA e AMORA, 2012, p. 52).

E isto envolve desde discussões sobre a diferença entre “fonte primária” e “secundária”, a abordagem e o tratamento de tais fontes, como a crítica e a sua contextualização.

### **3 | REGISTROS E INFORMAÇÕES NAS PÁGINAS DO JOURNAL DE LA COMMUNAUTÉ DU SAINT ESPRIT (1914-1939)**

A Amazônia é várzea e terra-firme, floresta e rio. Em tempos coloniais despertou a atenção dos membros das expedições espanholas e portuguesas quinhentistas e seiscentistas na Amazônia, que não cansavam em anotar nos seus relatos a grandiosidade da floresta e dos seus rios.

Bárbara Weinstein, ao mencionar a Amazônia, expressa essa imagem de grandiosidade da região:

Poucas regiões na face da terra têm se mostrado tão regularmente desencorajadoras do esforço humano quanto o vale amazônico. Talvez o aspecto mais impressionante e intimidativo da Amazônia seja simplesmente seu tamanho. Ocupando mais de uma terça parte de um continente, a bacia de drenagem de seu principal rio com suas inúmeras ramificações estende-se por mais de 7.000.000 de quilômetros quadrados. De fato, a ilha de Marajó, um simples fragmento encravado na foz do Amazonas, é, só ela, maior que toda a Suíça. O “Rio Mar”, como o chamavam os portugueses, descarrega no oceano Atlântico uma média de 160.000 metros cúbicos de água por segundo – o que equivale a quatro vezes o fluxo do Mississipi. Os geógrafos estimam que o Amazonas responde pela estarrecedora porcentagem de 15% de toda a água doce despejada em todos os oceanos do mundo (1993, p. 19).

A autora destaca a Bacia Amazônica, especialmente em termos de seu tamanho. Seu rio principal, o rio Amazonas, enorme em sua extensão e em água doce. Mas não apenas ele. Weinstein desenha o sistema fluvial amazônico. Nas palavras dela:

O sistema fluvial amazônico é igualmente espantoso em sua complexidade. O nome rio Amazonas refere-se em rigor à corrente principal – um canal amarelo-pardacento com aproximadamente 1.500 quilômetros de extensão e tão largo em certos pontos que um comandante de navio, conduzindo seu barco pelo meio da corrente, dificilmente poderá enxergar qualquer de suas margens. Muitos afluentes desaguam na corrente principal, entre os quais o Xingu, o Tapajós, o Solimões, o Negro, o Purus, o Juruá, e o Madeira – todos eles, isoladamente, rios enormes.

(...)

Além dos afluentes, o sistema se complica ainda mais. Os tributários mais importantes são, por sua vez, alimentados por um sem-número de afluentes secundários, ribeirões menores, braços e igarapés que cruzam toda a superfície da região, alimentando milhares de lagos e lagoas... (WEINSTEIN, 1993, p. 21).

O sistema fluvial amazônico interliga várias regiões e é por ele que as pessoas e as

mercadorias circulam na região. Esta é uma característica da Amazônia e está presente nos diversos testemunhos e registros preservados em acervos locais.

Nas páginas do manuscrito *O Journal De La Communauté Du Saint Esprit*, por exemplo, é possível verificar informações como as que estão no trecho abaixo datando do ano de 1918

2 de Junho

Domingo. Hoje fazemos a processão do M.S. Sacramento. A noite sobe o "Juruma".

4 de Junho

Estou começando a construir a casa de meu antigo discípulo Manoel Gomes, que veio morar em nossa terreno.

7 de Junho

Primeira sexta-feira do mês. Festa do sagrado coração de Jesus, feriado. Os músicos vão a Teffé com o Padre Alencar para a festa. Na Missão, fazemos o funeral de um dos mais antigos habitantes da vizinhança, João Chrisóstorno de Lima, comumente chamado "Jaboty". Diz-se que ele tinha mais de cem anos de idade

10 de Junho

A noite desce o "Ajudante", atraca para pegar dois passageiros (o fiscal e seu secretário) do Juruá.

11 de Junho

Aparece de surpresa o Padre Louis Dornie de St. Felipe chegando de Teffé com o vapor "Ajudante".

18 de Junho

Sobe a lancha "Rio Jordão" fretada por Sr. Antonio Bezerra, com essa embarcação chegam nossas malas de Paris, preparadas pelo Padre Dargnat. O Padre Cabrolié esta aqui.

19 de Junho

Os padres Dornie e Cabrolié vão a Teffé. O Padre Dornie espera o vapor para voltar no Japurá.

22 de Junho

De tarde, às 13 horas, morre o infeliz polaco que está aqui há quase dois. Este pobre homem sofreu muito e sempre com paciência, sem nunca se queixar. Podemos bem acreditar que sua presença na Missão foi uma grande bênção de Deus para nós. À noite, às 6 horas, enterramos seus restos mortais.

24 de Junho

Festa de são João Batista. Esta festa não é mais de preceito, trabalhamos, de noite têm uma fogueira e o famoso "boi" chegando da vizinhança.

26 de Junho

Vamos a Teffé com o batelão carregado de 2200 tijolos.

29 de Junho

Festa de São Pedro o Paulo. Festa de preceito. Sermão e grande Missa do Monsenhor. A noite divertimentos do "boi" e fogueira.

30 de Junho

Desce o "Rio Jordão". Sr. Antonio Bezerra vêm visitar Monsenhor.

Julho de 1918

4-5 de Julho

Usamos a lancha do Sr. Dario da Silva para transportar nossos tijolos até Teffé, a velha S. Salvador permanece inutilizada.

8 de Julho

A mesma embarcação vai com irmão Martin e uns homens no sitio chamado “Caburiny” buscar uma jangada de madeira de cedro.

9 de Julho

De manhã sobe o “Cuiaba” indo para Iquitos, deixa correspondências.

11 de Julho

Desce o “Inca” do Juruá, atraca para deixar uma família (Dona Anna e seus filhos).

13 de Julho

A lancha volta com uma parte dos cedros.

15 de Julho

Com essa lancha vamos a Tefé levar tijolos e outros materiais, para casa [em construção em] Tefé, vão também o Irmão Aristobule e seus ajudantes, eles continuarão o trabalho interrompido faz 6 meses. O Padre François Dargnat esta indo também para dirigir a comunidade. A lancha retorna com o Irmão Martin pegar o resto da jangada [de cedro].

16 de Julho

Sobe o “Juruma e para.

17 de Julho

De tarde volta a lancha com o resto do cedro. Nos vamos no inicio da noite a Tefé com 4000 tijolos.

18 de Julho

Fizemos 2 viagens com tijolos (9200 tijolos) e a lancha retorna com seu proprietário.

21 de Julho

Chega a “Zuleide” do Sr Antonio Bezzerá, têm carga.

25 de Julho

Visita do nosso superintendente Sr. Guapindaia chegando com toda sua família e tudo o pessoal, pelo menos umas vinte pessoas. Como eles vinham principalmente para ver o trabalho de nossa máquina a vapor, montamos o refeitório na serraria para um simples pic-nic. Aqueles que não têm lugar à mesa se sentam na madeira por todos os cantos, a bebida é feita de cana de açúcar ao lado, a serraria, o moinho e a fábrica de tijolos trabalham em conjunto para entreter esses ilustres visitantes. De noite os levamos de volta para Tefé de canoa [literalmente de canot, um pequeno barco] da mesma forma que fomos pegar eles. (JORNAL DAS COMUNIDADES MISSÃO TEFÉ, 1918, meses junho e julho. Seção Documentação Rádio Rural de Tefé).

O que se observa é justamente um intenso trânsito fluvial que atende as necessidades da Missão, como deslocamento dos missionários pela região, sobretudo para Tefé e outras localidades. As mais diversas atividades realizadas na Missão revelam o cotidiano da comunidade, tais como chegada de correspondências, transporte de religiosos ilustres como os Padres Cambrolíe e Dornie (este último de São Felipe, atual município de Eirunepé), e de objetos, como uma mala de um religioso que foi enviada de Paris, além do abastecimento de alimentos. Há também o momento da celebração de missas, festas de santos com acompanhamento de músicos, morte e enterro de pessoas locais.

O manuscrito também nos revela os vários trabalhos desenvolvidos na comunidade, como a produção de tijolos, na serraria, e no moinho.

As diversas cidades e localidades situadas na região amazônica necessitam dos

rios e dos barcos para viabilizarem a sua reprodução material e social. E esse movimento consta no *Journal De La Communauté Du Saint Esprit*, e pode ser mapeado e analisado em termos geográficos e históricos.

Há informações relevantes que permitem tomá-lo como fonte histórica para estudar as festas populares. Há inúmeras referências às festas na região:

Festa dos Magos. Hoje, grande festa na Missão. Às 6:30 a S.Salvador é pronta para zarpar, levando todo mundo de Bocca do Tefé para Nogueira. Vinte grandes canoas, todas enfeitadas de guirlandas como o nosso pequeno barco, a música e as crianças em festa, fizeram um efeito mágico, depois de uma hora e meia em Tefé onde o número de peregrinos aumentou, atravessamos o lago recitando o rosário, alternando com hinos piedosos e algumas músicas. Chegando a Nogueiras em 9:30, fomos para a igreja onde o Bispo cantou a Missa, o Padre M<sup>o</sup>d'Alencar deu uma instrução, depois todos procuraram uma maneira de satisfazer seu estômago que gritava fome. A tarde, uma tempestade veio nos surpreender enquanto todos estávamos ainda em terra. Às 2 horas, seguindo o programa, recitação do rosário, salvação, bênção apostólica e instrução de Monsenhor, confirmação, às 3 horas, novamente no reunimos todos para o retorno. O céu ainda estava ameaçador, mas por uma proteção especial de Deus, não tivemos mau tempo. Depois de uma pequena parada em Tefé, retornamos à missão ou chegamos às 6:00. Foi um dia inesquecível para as pessoas da Missão. Uma piedosa peregrinação a N.D. do Rosário, ao mesmo tempo que uma caminhada agradável, assim foi o programa deste dia.

(...)

Domingo de Pentecostes.

A festa foi precedida por uma novena às 7:30 à noite, a pedido das pessoas dos arredores, a fim de poder chegar mais facilmente em tempo. Na manhã depois da Grande Missa procissão e um importante leilão de mais de 50 galinhas.

(...)

Festa do Sagrado Coração de Jesus, sem ser preceito, ela é livre na Missão.

À noite, há o famoso entretenimento do boi vindo da vizinhança, depois uma enorme fogueira [fogo] e depois uma bola, e todas terminaram às 9 horas (JORNAL DAS COMUNIDADES MISSÃO TEFÉ, 06/01, 11/06 e 30/06 de 1916. Seção Documentação Rádio Rural de Tefé).

Acima apenas algumas das inúmeras passagens que se encontram no jornal e que tematizam as festas na região, como a do Mago, a do Pentecostes e a do Sagrado Coração de Jesus. Os trechos revelam de forma interessante a relação da Missão com as festas e, sobretudo, as mensagens que ela quer passar a população da região por meio delas.

Porém, no manuscrito da Missão se vislumbra relações de trabalho, conforme atestamos na passagem abaixo:

20 de junho.

As máquinas do Puciary tendo falhas em Tefé, alguém pede a Nazareth para substituí-lo, trabalhamos mais de um dia para a consertar (já que nunca foi tentado) No final, descobriu-se que estava funcionando muito bem.

(...)

10 de julho

De manhã às 5h vem o vapor Andira com carga, e o correio, com este barco também vem o dinheiro para pagar os reparos da lancha Nazaré com a missão de entregá-la ao seu novo dono.

Às 7 da manhã vem o Rio Jordão com o Sr. Henrique Rocha que traz a Nazareth.

(...)

13 de julho

Esta manhã sai do porto, a lancha Oscar, que estava no conserto por um mês, também monta o «Melita». À noite, a mesma lancha desce, e vou a bordo para pedir ao comandante o favor de puxar o nosso S. Salvador, que está no seco. Depois de algumas tentativas que tiveram o efeito de mover ela um pouco, eles se desanimaram e foram embora, no mesmo dia nos a empurraram para a água sem ajuda de vapor.

(...)

9 de agosto

A 7ª noite vem a Mararia com uma carga formidável para a missão. Primeiro, há uma enorme caldeira, uma máquina a vapor, 50 caixas de kerozen, 50 toneis de cimento, muitos outros produtos provenientes da França. Trabalhamos até as 11 horas para descarregar tudo isso. Então vou com alguns meninos a bordo do mesmo vapor para Tefé descarregar 40 toneis de cimento (JORNAL DAS COMUNIDADES MISSÃO TEFÉ, Junho a Agosto de 1916. Seção Documentação Rádio Rural de Tefé).

Olhando com detalhes os trechos da citação acima, percebemos que temos neles as linhas gerais do universo do trabalho no Médio Solimões, especificamente em Tefé. Nesse ínterim, temos as máquinas dos barcos e das lanchas, que necessitam de um mecânico que entenda destes equipamentos. Temos também a tripulação de tais embarcações. São profissionais que desenvolvem aí as suas atividades laborais.

Por outro lado, é possível enxergar, por intermédio dos produtos transportados pelos barcos, o trabalho na construção civil. Na cidade, ruas, pontes, prédios e demais construções eram dinamizados por braços amazônicos. No manuscrito, outros espaços de trabalho são indicados, o que reforça a importância deste documento para futuras pesquisas.

Ainda nele, encontramos uma série de dados e informações sobre o cotidiano de Tefé e cidades adjacentes, cotidiano tanto das atividades religiosas dos padres e bispos da Missão, quanto também da população local. Catequese, missas, batizados, casamentos, dentre outras ações estão presentes, assim como aniversários e demais datas comemorativas locais. Sobre o primeiro ponto, vejamos:

30 de julho

Hoje faz-se o casamento no nosso antigo aluno Horacio, com Escolastica [??] filha do Dona Hortencia Lopes, moradora da Missão.

(...)

5 de agosto

Desce o S. Luiz de Iquitos, Pedro o mestre da tijolaria vai a Manaós.

(...)

9 de agosto

Sepultamento de um idoso, Antonio Felix da Silva, 60 anos.

(...)

5 de janeiro

Enterro de um filho de Trajano Cordovil, o terceiro num período de 15 dias (JORNAL DAS COMUNIDADES MISSÃO TEFÉ, Julho a agosto de 1919 e janeiro de 1920. Seção Documentação Rádio Rural de Tefé).

O manuscrito é rico em informações do dia a dia da Missão e da população de Tefé, o que corrobora a assertiva de Maria Helena Rolim Capelato sobre os periódicos:

Manancial dos mais férteis para o conhecimento do passado, a imprensa possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos. O periódico, antes considerado fonte suspeita e de pouca importância, já é reconhecido como material de pesquisa valioso para o estudo de uma época (1988, p. 13).

Portanto, *O Journal De La Communauté Du Saint Esprit* é uma rica fonte de pesquisa, e pode ser abordado concomitantemente como objeto e fonte de estudos, pois esta articulação possibilita identificar o cenário histórico do surgimento e atuação do *Journal* e indicar movimentos de ideias, personagens e produção de sentidos daí advindos. Em última instância, tal documento explicita ações de sujeitos históricos e suas práticas sociais (GONÇALVES, 2001).

Ou seja, esta documentação histórica trás à baila a relevância do contexto histórico em que o manuscrito emergiu, o grupo social que o elaborou, assim como as informações que nele estão contidas. Assim, a possibilidade de estudo e pesquisa a partir dele se torna fundamental.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O Journal De La Communauté Du Saint Esprit* é uma documentação histórica relevante e fundamental para a memória e a história da região de Tefé e do Médio Amazonas. Localizado no Acervo da Prelazia de Tefé, particularmente no espaço onde se situa a Rádio Rural, através dele, dos dados e das informações presentes, podemos praticar, por exemplo, uma Geo-história.

Assuntos e conteúdos expressivos permitem uma compreensão da dinâmica social regional. Ambiente e humanos, natureza e homem, numa relação recíproca de construção de paisagens e comportamentos humanos peculiares à região e que podem ser compreendidos por intermédio do jornal aqui apresentado.

O documento versa sobre cotidiano local, viagens, relações de trabalho, atividades missionárias e tantos outros assuntos que se realizam no interior da Amazônia, da sua floresta e dos emaranhados de rios existentes, num vai e vem de vivências e experiências que fazem da Amazônia um lugar único a ser investigado.

Embora não esgotados os temas e conteúdos que constam nas páginas do *Journal De La Communauté Du Saint Esprit*, ficou demonstrado que ele é um “manancial dos mais férteis” para ser estudado, fonte histórica e geográfica valorosa para se tornar alvo de

pesquisas sistemáticas na grande área das Ciências Humanas.

A edição de documentos dessa natureza, propicia além do resgate histórico e cultural, o resgate da memória do lugar, revelando como a sociedade se organizava num determinado espaço-tempo, e apesar das dificuldades comuns encontradas por pesquisadores das mais diversas áreas que se utilizam de documentos antigos para pesquisa, eles são verdadeiras fontes de estudo. Democratizar o seu acesso e salvaguardá-los é uma tarefa que compete ao poder público. Nossa contribuição foi identificá-lo, transcrevê-lo, traduzi-lo, e apresentá-lo em suas potencialidades. Agora é aguardar pesquisas!

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Tenner Inauhiny de; Silva, Jubrael Mesquita da. Arquivos Documentais e experiências missionárias na Amazônia: Um estudo de caso sobre a atuação dos espiritanos em Tefé nas primeiras décadas do século XX. In: **CANOA DO TEMPO** – Revista do Prog. de Pós-Graduação em História. Manaus, v.10 – n°2, dez. 2018.
- BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**, vol. 10, n. 1, p. 95-129, 2005.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988, p. 13.
- GONÇALVES, Adelaide (Org). **Ceará Socialista – Anno 1919**. Florianópolis: Insular, 2001, p. 9.
- LOIOLA, Wagner Rodrigues, XIMENES, Expedito Eloísio. Letramento paleográfico: a escrita para além do código. **Filologia Linguística**, São Paulo, vol. 3, n. 2, p. 209-223, 2021.
- LOSE, Alícia Duhá. Paleografia e edição de documentos históricos: a edição dos documentos da construção da Basílica de Nossa Senhora da Conceição da Praia, Salvador, Bahia. In: LOSE, Alícia Duhá, SOUZA, Arivaldo Sacramento (Orgs.). **Paleografia e suas interfaces**. Salvador: Memória e Artes, 2018.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.
- MURTA, Stela Maris & ALBANO, Celina (orgs.) **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Território Brasilis, 2002.
- PORRO, Antônio. **O Povo das Águas**: ensaios de etno-história amazônica. Manaus: Edua, 2017.
- QUEIROZ, Kristian Oliveira de. **Centralidade periférica e integração relativizada - uma leitura de Tefé no Amazonas**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2015.
- RIBEIRO, Guilherme. Espistemologias Braudelianas: espaço, tempo e sociedade na construção da Geo-História. **Geografia**, Ano VIII, n. 15, p. 87-114, 2006.
- SOUSA, James. Mão de obra indígena na Amazônia colonial. **Em Tempo de Histórias**, n. 6, p. 1-18, 2002.

TELES, Luciano Everton Costa, TEIXEIRA, Alcemir Arlejean Bezerra, ABREU, Tenner Inauhiny de. Acervo, História e Memória de Tefé/AM: relato de um projeto de pesquisa. **Revista Documento/Monumento**. Vol. 10, nº 1, Dez. 2013, p. 205-210.

WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

#### **Fonte Histórica**

**JORNAL DAS COMUNIDADES MISSÃO TEFFÉ**, 1914 -1939. Manuscrito. Seção de Documentação Rádio Educação Rural de Tefé.

# CIBERESPAÇO E TURISMO RELIGIOSO: PERCEPÇÕES E REALIDADES EM NOVA TRENTO – SC E BAEPENDI - MG

*Data de submissão: 19/06/2023*

*Data de aceite: 03/07/2023*

### **Magno Angelo Kelmer**

Doutorando em Geografia – UFG:  
Universidade Federal de Goiás. Mestre  
em Geografia pela UFJF - Universidade  
Federal de Juiz de Fora.  
Bolsista FAPEG – Fundo de Amparo à  
Pesquisa do Estado de Goiás.  
<http://lattes.cnpq.br/2552632089043382>

### **Carlos Eduardo Santos Maia**

Professor Titular do Departamento de  
Geociências da Universidade Federal de  
Juiz de Fora e professor Permanente do  
PPGEO/IESA na Universidade Federal  
de Goiás. Mestre e Doutor em Geografia  
pela Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro. Estágio Sênior (Pós-Doutorado)  
EC/Sorbonne/Paris IV.  
<http://lattes.cnpq.br/9080217578713778>

Artigo originalmente publicado no Anais do VIII  
NEER - Das metamorfoses às Resiliências, p.  
384. Disponível em: [https://238ab3b5-c8a3-4a75-8257-ae9f978d1b8e.filesusr.com/ugd/3f3d74\\_aac5e4e0d0dc432aa4e7a58e07bc28d2.pdf](https://238ab3b5-c8a3-4a75-8257-ae9f978d1b8e.filesusr.com/ugd/3f3d74_aac5e4e0d0dc432aa4e7a58e07bc28d2.pdf)

**RESUMO:** A atividade turística, prática socioeconômica presente na sociedade, ocorre em determinados espaços de acordo

com suas especificidades implicando em ações que seus agentes empreendem em contextos distintos. Ressalte-se que o turismo é produto e produtor daquelas ações sobre determinados objetos, incluindo as ações promovidas no ciberespaço, alterando os ritmos cotidianos nos espaços turísticos. A fim de constatar como esses espaços são divulgados, promovidos, produzidos e produzem ações virtuais e como realmente são percebidos pelos visitantes *in loco* nas cidades de Baependi – MG e Nova Trento – SC, ambos destinos de turismo religioso consolidados, são aqui investigadas situações no on-line e off-line, recorrendo-se às pesquisas bibliográfica, etnografia e netnografia em busca de compreender possíveis reduções narrativas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cotidiano. Ritmo. Ritmanálise. Redução narrativa.

### CYBERSPACE AND RELIGIOUS TOURISM: PERCEPTIONS AND REALITIES IN NOVA TRENTO – SC AND BAEPENDI - MG

**ABSTRACT:** Tourist activity, a socioeconomic practice present in society, takes place in certain spaces according to their specificities, implying actions that their

agents undertake in different contexts. It should be noted that tourism is a product and producer of those actions on certain objects, including actions promoted in cyberspace, changing the daily rhythms in tourist spaces. In order to see how these spaces are disseminated, promoted, produced and produce virtual actions and how they are actually perceived by visitors in loco in the cities of Baependi - MG and Nova Trento - SC, both consolidated religious tourism destinations, situations in the online and offline, resorting to bibliographic research, ethnography and netnography in order to understand possible narrative reductions.

**KEYWORDS:** Daily. Rhythm. Rhythmanalysis. Narrative reduction.

## 1 | INTRODUÇÃO

Esse artigo faz parte da tese de doutorado intitulada Ciberespaço e turismo religioso: os ritmos do cotidiano nas terras das santas em desenvolvimento no PPGeo/IESA – Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio Ambientais da UFG – Universidade Federal de Goiás com bolsa FAPEG.

Ao pesquisar sobre Baependi-MG, município situado na mesorregião do Sul/Sudoeste do Estado de Minas Gerais, com área de 750,554 km<sup>2</sup> e população aproximada de 18 mil habitantes, tendo Nhá Chica como atrativo turístico religioso; e Nova Trento-SC, com população de 12.190 habitantes e área de, aproximadamente 402,85 km<sup>2</sup>, cidade referência para o Turismo Religioso de Santa Catarina e do Brasil, reconhecida como Capital Catarinense do Turismo Religioso<sup>1</sup> por conta de Santa Paulina, levantaram-se elementos para questionar a forma como esses espaços têm sido promovidos pelas ações desenvolvidas no ciberespaço e como são percebidos pelos seus/suas visitantes e ainda como são produtos e produtores de ações.

Metodologicamente, o texto baseia-se em revisão de literatura, trabalhos de campo e entrevistas. Partiu-se de ampla pesquisa bibliográfica abarcando temas como ritmo e ritmanálise em Henri Lefebvre e Maie Gerardot, cotidiano em Agnes Heller e Michel de Certeau, etnografia em Franz Boas e Clifford Geertz, netnografia em Robert Kozinets, Christine Hine e Katie Ward, ciberespaço em William Gibson, Pierre Lévy e Francisco Pires, turismo religioso em Reinaldo Dias e Emerson Silveira, redução narrativa em Vincent Berdoulay entre outros/as autores/as.

Os trabalhos de campo dividiram-se em duas frentes, uma on-line, em forma de netnografia, na qual os *sites* dos santuários foram acompanhados no período de fevereiro a junho de 2022, e a outra com idas presenciais a campo, buscando estabelecer relações próximas ao cotidiano com uma aproximação etnográfica ocorrida em Baependi entre 12 a 19 de junho de 2022 e em Nova Trento entre 09 a 18 de julho de 2022.

Entrevistas semiestruturadas foram direcionadas aos/às responsáveis pelas páginas dos santuários e aos/às visitantes a fim inquerir acerca do uso das possibilidades do ciberespaço e as percepções dos espaços, respectivamente. Os/as responsáveis pela

---

<sup>1</sup> Conforme Lei Estadual 15.184, de 2010

elaboração das páginas dos santuários foram entrevistados/as de forma presencial durante os trabalhos de campo off-line. Em cada município foi estabelecida a área de pesquisa; a saber: em Baependi – MG escolheu-se o Bairro Centro por nele estar localizado o Santuário de Nhá Chica e, em Nova Trento – SC, o Bairro Vígolo onde se situa o Santuário Santa Paulina.

A primeira parte do artigo apresenta, de forma sucinta, a geografia dos municípios, a produção social das santas, a presença da prática da atividade turística e os ritmos do cotidiano.

Na segunda parte, discute-se como a organização das igrejas, na qualidade de um dos agentes da turistificação, utiliza das possibilidades do ciberespaço para divulgar e promover os atrativos turísticos, fazendo do ciberespaço um produto das ações de interação com os participantes da página. Por outro lado, atenta-se também para o fato de que este ciberespaço produzido torna-se produtor de ações, sendo ambas as instâncias (espaço produto e espaço produtor) constitutivas de como as ações são percebidas pelos/as visitantes nos locais.

As pesquisas apontam que a forma como esses espaços turísticos de seus santuários é divulgada em páginas virtuais e os modos dos/as visitantes perceberem tais espaços têm distorções entre as realidades on-line e off-line, indicando possíveis reduções narrativas, uma vez que não configuram um projeto de reconhecimento ou descoberta “fidedigna”.

## **2 | AS CIDADES DAS SANTAS: RITMOS COTIDIANOS TURISTIFICADOS**

O Município de Baependi está localizado a 382 km da capital do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, com acesso realizado pelas rodovias federais BR-267 e BR-354, que se ligam ao município pela rodovia estadual MG-383<sup>2</sup>. Na sede tem-se uma cidade de pequeno porte, com vida pacata e pouco movimento diário, o que transmuda principalmente nos fins de semana com a chegada de ônibus de excursões, vans e carros de passeio trazendo visitantes motivados/as pela atividade turística. Estes/as são atraídos/as à Baependi devido ao fato desta cidade ter sido o palco de atuação de Nhá Chica.

Francisca de Paula de Jesus foi uma neta de escravos oriundos da região de Benguela que viveu na Cidade de Baependi. Sua beatificação ocorreu aos 04 de maio de 2013; com isso, a prática do turismo religioso, já existente, intensificou-se no município atraindo visitantes nacionais e internacionais. O processo de canonização está em curso e poderá dinamizar ainda mais a prática da atividade turística (KELMER, 2017).

Já Nova Trento está localizada a, aproximadamente, 80 quilômetros da capital do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, e a 65 quilômetros de Balneário Camboriú, destino turístico catarinense de destaque no cenário nacional.

Seu atrativo turístico está relacionado à Santa Paulina, imigrante italiana que viveu

---

<sup>2</sup> Baependi: Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/baependi.html>. Acesso em: 20/06/2022.

e morreu no Brasil, desenvolvendo suas obras assistenciais a partir de Nova Trento. Após sua morte, passou a ser cultuada nos altares, culminando em sua canonização aos 19 de maio de 2002, tornando-a primeira santa do Brasil<sup>3</sup>.

De acordo com Dias e Silveira (2003), o turismo religioso, compreendido como o segmento que incentiva pessoas a se deslocarem por motivações religiosas, de fé ou para participação em eventos de caráter religioso, demonstra sua força de atração de visitantes, implementando transformações no espaço para que sua atuação ocorra de forma satisfatória.

Para Wainberg (2003, p.39) “o turismo apropria-se dos lugares, demandando territórios e paisagens, pois leva as pessoas a saírem de um lugar em busca de outros”, demonstrando, assim, a dinamicidade dessa atividade no espaço entendido como espaço social estreitamente correlacionado com a prática social a ele engendrada. Soma-se ao conjunto de transformações ocorridas para e pela atividade turística o fato desta impactar e trazer alterações nos ritmos cotidianos.

Dessa forma, o espaço é produzido social e materialmente, envolvendo a produção, o produto e o trabalho pertinente a ele, bem como envolvimento ou alheamento aos seus padrões de uso (CARLOS, 2011; GOTTDIENER, 2010), juntamente com as mudanças rítmicas que se fazem presentes no cotidiano, no caso, as alterações associadas ao acontecer turístico. O ritmo para Lefebvre (2013, p. 03), “é algo inseparável das compreensões do tempo, em particular da repetição. É encontrado no funcionamento dos lugarejos e das cidades, na vida urbana e no movimento através do espaço”<sup>4</sup>, fornecendo assim possibilidades privilegiadas de análise. Uma análise rítmica pode apontar questões relativas às mudanças e repetições, identidades e diferenças, contrastes e continuidades de elementos e variáveis que interferem no cotidiano e estabelecem rupturas e desigualdades ao longo do tempo.

Para Amanda Senna, funcionária responsável pelas plataformas digitais do santuário de Santa Paulina, “a cidade na segunda-feira é um dia calmo, pacato, você não vê ninguém, bem calmo. Os dias que ‘ferve’ de gente ‘é’ de sexta a domingo, que é o período do final de semana” (Informação verbal)<sup>5</sup>. Destarte, na percepção de quem convive diariamente no espaço, suas alterações rítmicas podem ser sentidas mesmo no decorrer de pequenos intervalos de tempo, como afirmado por ela ao notar que “você ouve caminhadas, peregrinações a partir das quatro e meia e cinco da manhã, pessoas caminhando para vir para cá. A partir das dezessete, dezessete e trinta, a cidade se acalma e aí a gente consegue a voltar a ouvir os passarinhos e tudo bem calmo” (idem). Nota-se na fala da entrevistada que, mesmo sem perceber, o cotidiano é relatado contendo a

3 Santa Paulina. Disponível em: [https://www.ebiografia.com/madre\\_paulina/](https://www.ebiografia.com/madre_paulina/). Acesso em: 21/11/2022.

4 No original: Rhythm, for Lefebvre, is something inseparable from understandings of time, in particular repetition. It is found in the workings of our towns and cities, in urban life and movement through space.

5 Amanda Senna, funcionária responsável pelas redes sociais do Santuário de Santa Paulina em entrevista realizada no dia 14 de julho de 2022.

polirritmia que o constitui, ou seja, os ritmos do turismo sobrepostos aos ritmos do lugar, com seus componentes naturais e sociais, na composição daquilo que Lefebvre denomina de “ritmo público” (LEFEBVRE, 2013).

Em uma perspectiva ritmanalítica, o vivido está pleno de relações interiores e exteriores, nas quais o pessoal e suas relações se estabelecem (LEFEBVRE; RÉGULIER, 1985). Cada lugar apresenta ritmos distintos e analisá-los torna-se fundamental para o entendimento do seu cotidiano, sendo que, naquele ritmo público anteriormente mencionado, ressaltam-se o papel de “calendários, festas, cerimônias e celebrações” (LEFEBVRE, 2013, p.18).

Em Baependi, Vitória Guedes, funcionária responsável pelas redes sociais do Santuário Nhá Chica, afirmou que “aumentou a visitação muito, pois as pessoas querem visitar, querem conhecer a beata, querem vê-la, querem pedir uma intercessão dela”. A funcionária enfatiza a importância da divulgação que gera alterações no cotidiano com consequências diversas, tais como “enchem a rua aqui, enchem lá embaixo e só vai conseguir estacionar lá para fora” e “amanhã vai lotar por conta da festa” (informação verbal)<sup>6</sup>. Tais falas verbalizam o quanto as alterações rítmicas podem ser percebidas em diferentes aspectos.

As cidades de Baependi – MG e Nova Trento –SC, como exemplos de destinos religiosos consolidados no Brasil, fornecem elementos para a compreensão das relações estabelecidas entre a produção e o consumo dos espaços turísticos e suas alterações rítmicas, pois, como exara Lefébvre

Em toda parte, onde há interação entre um lugar, um tempo e um gasto de energia há ritmo. Portanto: (a) repetição (de movimentos, gestos, ações, situações, diferenças); (b) interferências de processos lineares e processos cíclicos; (c) nascimento, crescimento, pico, declínio e fim (2013, p.15)<sup>7</sup>.

Assim, no dia-a-dia das cidades mencionadas, mais ainda nos dias de festas e celebrações, notam-se repetições de falas, silêncios, roteiros e *selfies*; a linearidade da rotina entremeada de processos cíclicos; e crescimento do movimento que se inicia no alvorecer e declina à noite pela prática da atividade turística.

### 3 | ENTRE O CONCEDIDO E O PERCEBIDO: REDUÇÕES NARRATIVAS?

Várias atividades concorrem para atuar nos espaços modificando-os. A atividade turística, entre tantas outras, desempenha um papel fundamental de transformação onde atua. Mas não cabe repetir, como observa Lefebvre em crítica a Marx, que esta atividade realiza a “transformação da natureza bruta por meio do trabalho humano, da tecnologia e

6 Vitória Guedes, funcionária responsável pelas redes sociais do Santuário Nhá Chica em entrevista realizada no dia 13 de junho de 2022.

7 No original: Everywhere where there is interaction between a place, a time and an expenditure of energy, there is rhythm. Therefore: a) repetition (of movements, gestures, action, situations, differences); b) interferences of linear processes and cyclical processes; c) birth, growth, peak, then decline and end.

das invenções, do trabalho e da consciência” (LEFEBVRE 2013, p.7)<sup>8</sup> e relegar os ritmos, como Marx o fez em sua “filosofia da mercadoria”. Essa atividade atrai investimentos para sua infraestrutura, concentra negócios empresariais, altera valores do espaço, mercantiliza a cultura ameaçando os hábitos da população local, busca o lucro em suas transações e, para além disso tudo, altera os ritmos cotidianos. Como toda atividade socioeconômica, a atividade turística pode gerar resultados diversos. Cada local possui sua especificidade e dentro da análise das relações estabelecidas entre ações e estruturas-formas, ritmos e conteúdos entenderemos o movimento e o processo de formação sócio-espacial realizado pela sociedade ou como nos lembra Knafou (2001, p. 70), pelos “agentes da turistificação”.

Os destinos de turismo religioso citados, objetos de análise neste estudo, se utilizam das possibilidades do ciberespaço para dinamizar a divulgação, a promoção e o consumo desses espaços pelas ações da atividade turística.

Lévy (1999, p. 92) define o ciberespaço como “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores”. Para ele, os sistemas eletrônicos de comunicação, com suas redes e equipamentos, facilitam a transmissão de informações digitais; o que nos remete à compreensão das TIC’s (Tecnologias da Informação e Comunicação) como suporte para a ocorrência do ciberespaço. O modelo atual das TIC’s abrange o complexo universo dos computadores eletrônicos, seus componentes e programas, um conjunto de *hardware* e *software* para acesso e disseminação de dados geradores de informação e conhecimento (PEREZ, 2009; LAUDON e LAUDON, 2004). Dessa forma, as TIC’s participam das estruturas dos espaços ao fornecerem base para que o ciberespaço possa ocorrer.

Em Baependi, a Igreja Católica mantém uma profissional da área de comunicação para lidar com as redes sociais do santuário de Nhá Chica. O santuário possui um site oficial, página de Instagram, página de *Facebook*, rádio web e TV digital. A página do *Facebook*, <https://www.facebook.com/igrejaanhachica>, escolhida para a análise neste estudo por ser a oficial do santuário e conter expressivo número de participantes, contava no momento da elaboração deste artigo com 40.109 pessoas/seguidores/as.

A Igreja Católica foca suas postagens em missas, novenas, horas santas e terços online, nos quais as contribuições financeiras podem ser realizadas através de PIX, sempre em destaque nas publicações. Programações como a festa de Nhá Chica, o Caminho da beata, a TV Nhá Chica, as caminhadas e romarias, o aniversário da beatificação e a programação mensal do santuário são temas recorrentes em postagens, além de sempre comemorarem números de seguidores/as conquistados/as. Nas postagens há grande participação dos/as seguidores/as com *posts* de agradecimento, pedidos e comentários sobre a visita ao local; *posts* que são respondidos pelo santuário, o que pode ser confirmado na fala de Vitória Guedes ao dizer que as “pessoas das cidades entram em contato mesmo. Claro que,

---

<sup>8</sup> No original: Marx insists on the transformation of brute nature through human work, through technology” and inventions, through labour and consciousness. Yet he doesn’t discover rhythms ...

além das respostas que nós temos nas mensagens do *Facebook*, tenho também respostas pelo WhatsApp das pessoas que eu convivo aqui dentro da cidade” (Informação verbal).

Na página, há imagens e vídeos referentes aos atrativos turísticos religiosos como o santuário, a casa museu onde a beata viveu, o centro de romeiros, as imagens da escadaria; além das missas realizadas no santuário, no centro de romeiros e em praça pública, todas com grande concorrência pública.

Já em Nova Trento, a equipe responsável pelas redes sociais do santuário é composta por dois profissionais da área de comunicação que administram as páginas do *Facebook* e do *Instagram*, o canal do *You tube* e o site oficial do santuário e, atualmente, são ainda responsáveis pela criação de uma página no *Twitter*. A página do *Facebook*, <https://www.facebook.com/santuariosantapaulina>, também escolhida para o estudo por ser a oficial e conter número elevado de participantes, serve na pesquisa de parâmetro comparativo com a página de Baependi apresentando no momento dessa escrita, 455.797 pessoas/ seguidores/as, ou seja, mais de 11 vezes o número de seguidores daquela destinada à Nhá Chica.

Na página, há interação entre as postagens dos participantes e os organizadores da mesma. Amanda Senna esclarece que “eles comentam na hora da missa, na hora da oração do terço, de uma *live* ... tem comentários em francês, em espanhol, tem gente de todos os lugares do mundo entrando em contato conosco” e acrescenta que

a gente tem que saber conversar, saber o que colocar, saber pisar em ovos, porque estamos falando com uma pessoa que está triste, que perdeu alguém ou está precisando de uma cura e a gente tem que saber conversar, saber lidar e por mais que a gente tenha problemas, temos que deixar de lado e focar nisso e ser muito empático (informações verbais).

A página publica missas, adorações ao santíssimo, mensagens de luz diariamente e mantém uma aba para doações financeiras. Há, durante as transmissões das missas, um *link* para doações financeiras em forma de estrelas. Ao adquirir determinado número de estrelas, o/a participante paga valores diferenciados. Dias de outros santos são divulgados juntamente às festividades de Santa Paulina.

A divulgação dos atrativos fica restrita à imagem da santa e do santuário, do restaurante e da loja de artigos religiosos, integrantes do Complexo Turístico Religioso, como o local é denominado.

Pedidos, agradecimentos, notícias de graças alcançadas são postagens recorrentes nas duas páginas acompanhadas, o que estabelece uma rotina de publicações que passa a ser quebrada quando ocorrem postagens de política e de sexo, o que gera comentários áspersos que não condizem com os “améns” que preenchem cotidianamente as interações.

Fica claro que os sítios do ciberespaço ocupados pelos santuários são produtos de ações dentro de um programa de divulgação proposto pelas pessoas responsáveis por “alimentar” a página e as redes sociais com informações. Mas a sua ação só se realiza

na dependência de ações de agentes externos e globais que atuam na produção das plataformas onde se encontram aqueles próprios sítios (*Facebook, Twitter, Instagram, Youtube*). Por outro lado, tais sítios do ciberespaço assumem concretude e tornam-se produtores de ações (*likes, unlikes, comentários, postagens, etc.*), demonstrando de forma patente sua composição dialética como produto e produtor de ações.

Acompanhados de forma semanal, os *posts* das páginas foram monitorados e os/as participantes classificados/as como os/as que mais postam, os/as que residem nas cidades e os/as que já as visitaram. Dessa forma, estabeleceu-se contato com esses/as participantes com curtidas e comentários em suas postagens e assim, a interação foi estabelecida nessas comunidades.

Tencionando-se compreender como esses/as participantes se integram no espaço virtual, em comunidades virtuais, como são geralmente chamadas, a observação e a participação ao longo de cinco meses foram fundamentais para perceber comportamentos, ritmos, rupturas e contradições nas suas interações. Pode-se denominar essa prática como netnografia, entendida como uma investigação que compreende a internet como um campo no qual se estabelecem relações sociais de forma on-line. Para Kozinets (1998) a netnografia realiza um vínculo com a etnografia ao estudar grupos e culturas e ao promover o envolvimento do pesquisador no ambiente on-line. Afinal, o ciberespaço é um meio a mais de socialização.

Em campo, na cidade de Baependi, baseado no envolvimento e entrevistas com os/as visitantes no dia a dia do fazer turístico, constatou-se que a impressão que a realidade causava não era a esperada por muitos/as entrevistados/as. Na fala da visitante A, pode-se confirmar tal fato. Para ela “no site imaginei tudo longe, umas coisas afastadas das outras e aqui é tudo apertado”. Já para o visitante B, “penso que vai sobrar tempo. Programei de ficar um dia inteiro, mas até o almoço já vi tudo”. A visitante C criticou o uso das redes afirmando que “não gosto de acessar nada antes, pois nunca é o que a gente espera”. Para a visitante D, “o que importa é a fé, o espaço meu filho, pouco importa” (Informações verbais)<sup>9</sup>. Para a maioria dos/as entrevistados/as, somente o Santuário corresponde ao divulgado na rede social.

Na cidade de Nova Trento, mantendo-se o mesmo padrão de envolvimento com os sujeitos, os/as visitantes entrevistados/as assinalaram uma contradição entre o divulgado e o percebido, mas de viés diferente daquele referenciado sobre Baependi. Para o visitante A, acompanhado da esposa e filhos, “precisaríamos de uns quatro dias para conhecer tudo”, sendo que eles questionaram “por que o santuário não mostra isso tudo nas redes sociais?”. Em vários contatos com os/as visitantes fica recorrente a afirmação “nossa, como isso aqui é grande”, referindo-se ao Complexo. A visitante B chegou a afirmar que, “se mostrassem todas as atrações ganhariam mais dinheiro” (Informações verbais)<sup>10</sup>. Existe no Bairro

<sup>9</sup> Entrevistas concedidas entre os dias 12 a 19 de junho de 2022.

<sup>10</sup> Entrevistas concedidas entre os dias 09 a 18 de julho de 2022.

Vígolo, um Complexo turístico religioso composto com 37 atrações. Santuário, Colina da benção, Monte calvário, Cenário da vida de Santa Paulina, Capelas, Museu colonial, Marco do milênio, entre outros. O bairro possui 121 estabelecimentos comerciais que funcionam para e pela atividade turística. Constata-se na fala dos/as visitantes entrevistados/as que “pela internet não dá para ter a dimensão do espaço e nem a variedade de atrações”. Tanto estes comentários de Nova Trento como aqueles de Baependi demonstram que o ciberespaço não é só produto, mas também produtor de ações que, no caso, implicam num projeto de visita que pode ser mais ou menos “fidedigna” àquilo que é dado no ciberespaço.

O envolvimento com os/as visitantes favoreceu o registro de outros tipos de respostas, como os elogios ao santuário, a dedicação dos padres, o clima das cidades, a receptividade, entre outros. Mas, para a análise proposta, destacam-se os citados acima.

Boas (2005) esclarece que é importante entender o presente para compreender os processos. Ele afirma ser fundamental “um estudo das dinâmicas na sociedade que podem ser observadas no tempo presente” (BOAS, 2005, p. 47). Entende-se, neste estudo, que a interação entre o on-line e o off-line, dinâmica atual das relações sociais, necessita ser analisada e interpretada por ser reveladora dos ritmos cotidianos das cidades e operar naquele plano crítico dialético que Lefebvre (2013) faz à “filosofia da mercadoria” de Marx. Ressalte-se ainda que, para Geertz (1999) as várias formas de buscar uma etnografia demonstram seu processo interpretativo.

Durante trabalhos de campo em Baependi e Nova Trento constatou-se que a forma como esses espaços são vendidos no meio virtual nem sempre correspondem à realidade, o que nos remete a compreensão de uma redução narrativa (BERDOULAY, 2005).

Em Berdoulay entende-se que a valorização da imagem turística é sustentada por narrativas, “produção de iconografias que são como um conjunto de símbolos variados, materiais ou abstratos, que exprimem crenças e os valores de uma coletividade, e que revelam uma organização simbólica” (BERDOULAY, 2008, p. 2).

Ao construir imagens a partir de significados, interesses e funções sociais, estas ocorrerão de forma seletiva atendendo a projetos que, por sua vez, estarão plenos de intencionalidades.

A partir do exposto, tornam-se interessantes as seguintes questões: quais discursos ou narrativas o planejamento é realizado? Busca-se integrar interesses da igreja, dos/as visitantes, dos/as moradores e da atividade turística ao mesmo tempo? Quais interesses se apresentam, ou se ocultam nas formas de divulgação?

#### **4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesta viagem transportada às possibilidades do ciberespaço pôde-se registrar como estas são utilizadas pelos/as agentes da turistificação ao planejar, promover e divulgar seus espaços turísticos nas redes sociais, no “mundo virtual”, ou seja, o ciberespaço como

produto de ações que têm fundamento numa escala global. Mas, olhando atentamente ao pesquisar tanto os sítios virtuais visitados no ciberespaço, como os sítios reais das cidades sedes dos santuários nos trabalhos de campo, fica claro que o ciberespaço é também produtor de ações, como aquelas em que os/as visitantes o tornam orientador para o estabelecimento de um roteiro de turismo religioso em Baependi – MG e Nova Trento – SC.

As páginas do *Facebook* desses santuários foram acompanhadas buscando-se compreender em uma netnografia as posturas e interações estabelecidas. Idas a campo forneceram dados para identificar a percepção dos/as visitantes que chegam aos locais já os tendo visitado anteriormente pelo espaço virtual, nas redes sociais. O estudo indica que uma narrativa que não seja fidedigna não gera satisfação com o que se depara na realidade, seja para mais ou para menos do que foi divulgado.

Baependi e Nova Trento apresentaram resultados distintos. Respectivamente, quando o divulgado on-line é maior que o constatado off-line, sente-se por este último (off-line) insatisfação, ilusão e decepção; já quando o percebido off-line é maior que o divulgado, há surpresa, satisfação e encantamento com o off-line e sentimentos de insatisfação pelo on-line.

A ocorrência de redução narrativa pode apontar intencionalidades, ou falta de planejamento que abarque interesses de todos/as os/as agentes envolvidos/as no processo.

Destaca-se ainda, que o uso das possibilidades do ciberespaço é uma constante nos dois santuários. Necessário se faz que se criem ações conjuntas de planejamento para os espaços on-line e off-line, afinal, um está interligado ao outro dialeticamente.

## REFERÊNCIAS

BERDOULAY, V. **Espaces Publics et Mise en Scène de la Ville Touristique**. Rapport Final de Recherche. Université de Pau et des Pays de L'Adour, 2005.

BERDOULAY, V; PAES, Maria Tereza Duarte. Imagem e Patrimonialização em Planejamento Urbano: Salvador (BA) e Boudeaux em perspectiva. **Revista Cidades**. v.5. n.7, 2008.

BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. Trad. Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CARLOS, Ana Fani A. **A Condição Espacial**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

DIAS, Reinaldo; SILVEIRA, Emerson José Sena (org). **Turismo religioso: ensaios e reflexões**. Campinas: Alínea, 2003.

GEERTZ, Clifford. **Nova Luz sobre a Antropologia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. Trad. Geraldo Gerson de Souza. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2010.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. LEI Nº 15.184, de 01 de junho de 2010. Reconhece o município de Nova Trento como Capital Catarinense do Turismo Religioso.

GUEDES, Vitória. Entrevista no Santuário Nhá Chica [13/06/22]. Entrevistador: Magno Angelo Kelmer. Baependi, 2022. Áudio digital (22:59 min.).

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**: Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/baependi.html>. Acesso em 20 junho 2022.

KELMER, Magno Angelo. **Turismo Religioso e Transformação Sócio-espacial em Baependi-MG**. 2017. 230 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.

KNAFOU, R. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. *In*: RODRIGUES, Adyr B. R. **Turismo e Geografia**: Reflexões teóricas e enfoques regionais. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

KOZINETS, Robert V. On netnography: initial reflections on consumer research investigations of cyberculture. **Advances in Consumer Research**. v. 25, p. 366-371, 1998.

LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. **Sistemas de informação gerenciais**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **Rhythmanalysis**: space, time and everyday life. Trad. Stuart Elde; Gerald Moore. London: Bloomsbury, 2013.

LEFEBVRE, Henri; Régulier Catherine. Le projet rythmanalytique. *In*: **Communications**: L'espace perdu et le temps retrouvé, n. 41, p. 191-199, 1985.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

PEREZ, C. Technological revolutions and techno-economic paradigms. **TOC/TUT Working Paper**, Tallinn, n. 20, p. 1-15, 2009.

Prefeitura Municipal de Nova Trento. **Plano de desenvolvimento Territorial do Turismo de Nova Trento**. 2020.

SENNA, Amanda. Entrevista no Santuário Santa Paulina [14/07/2022]. Entrevistador: Magno Angelo Kelmer. Nova Trento, 2022. Áudio digital (37:15 min.).

WAINBERG, Jacques. **Turismo e comunicação**: A Indústria da Diferença. São Paulo: Contexto, 2003.

# IMPORTÂNCIA E O USO DAS TICS NO ENSINO DE GEOGRAFIA

*Data de aceite: 03/07/2023*

**Ivan Vasconcelos de Almeida Sá**

## 1 | INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo, as sociedades utilizam cada vez mais dos recursos tecnológicos para realizar as atividades de seu cotidiano. Desde as mais simples como receber notícias, saber a previsão do tempo, saber do trânsito, até as mais elaboradas, como operar máquinas no trabalho, consertar um veículo etc.

A tecnologia exerce papel importante até nas relações interpessoais, com as pessoas se comunicando por recursos como telefone, e-mail, redes sociais, aplicativos de celular, entre outros. A velocidade dessa comunicação está cada vez mais rápida graças aos recursos oferecidos pela tecnologia.

A educação também precisa estar inserida nessa dinâmica em que o mundo se envolve. Não somente para se manter atualizada, mas também para que possa existir o interesse das novas gerações na

educação e preparar cidadãos que pensem e produzam o mundo moderno.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) permitem assimilar a grande quantidade de informações que está disponível de maneira mais simples e rápida. Porém é importante entender como essas tecnologias são usadas e em que condições, para que o processo de ensino e aprendizagem seja o mais adequado.

O ensino de geografia também está inserido neste contexto, se utilizando das TICs para compreender o espaço geográfico como um elemento resultante da interação de elementos naturais e sociais. Essas tecnologias permitem, a poucos cliques de distância, obter informações que antes demandavam diversas horas de pesquisas nas literaturas disponíveis, onde elas estivessem a disposição.

Este trabalho tem como objetivo analisar como são utilizadas as TICs no contexto da educação, mais voltada para o ensino de geografia, identificar as limitações para o seu emprego em sala de aula e os desafios que essa prática leva

para a educação no futuro.

## 2 | REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Freitas (2009) aponta que apesar de presentes de forma cada vez mais intensa na sociedade, a educação ainda não explora tanto essa possibilidade. Os motivos passam pela estrutura inadequada dos espaços, falta de qualificação dos profissionais e, em muitos casos, da forma que os docentes empregam as TICs em suas aulas.

A autora considera que as TICs são utilizadas de forma muito tradicional, como uma atividade para distrair os alunos, ou mesmo preencher um determinado período de tempo. Seu uso deveria ser para explorar novas possibilidades, desenvolver diferentes competências.

O computador tem um papel importante para o desenvolver do aprendizado, porém não para uma educação tradicional. Valente (1997) entende a importância desse equipamento, porém o seu uso deve estar adequado ao sistema de ensino em que será aplicado e também ao nível intelectual dos alunos que dele vão utilizar.

Os softwares na educação podem ser usados para: Promover o ensino e auxiliar a construção do conhecimento (VALENTE, 1997). Ao promover o ensino, “assume” a função de ensinar, podendo ser muito mais eficiente que o professor, pois possui a capacidade de reter todas as informações e não ser influenciado por fatores externos, além de realizar essa atividade de forma mais interessante que um professor com giz e quadro negro. Jogos e tutoriais são exemplos desse tipo de software.

Já os softwares que promovem o conhecimento, precisam das informações fornecidas pelo usuário para o seu desenrolar, levando o aluno a buscar estratégias que complementem o seu conhecimento e o conhecimento obtido no software. Para Valente (1997), seu uso é o mais adequado, pois estimula o pensamento, algo cada vez mais exigido pelo mercado de trabalho. Entretanto, o uso desses softwares depende da condução de um profissional preparado para levar o usuário ao resultado desejado.

Apesar de considerar importante, Salvador (2003) expõe que a tecnologia não está disponível de forma uniforme pelo mundo. Diz: “Existem mais computadores ligados à internet na Cidade de Nova Iorque do que em todo o continente africano”. (Salvador, 2003, p. 7). Essa situação impede que o desenvolvimento social seja igual em todas as partes, agravando as disparidades entre ricos e pobres.

A educação a distância (EaD) é uma importante ferramenta devido a elevada quantidade de pessoas a serem educadas e as grandes dimensões existentes no Brasil. Porém, Valente (2003) mostra que essa prática de ensino não pode ser meramente uma imitação do ensino presencial, mudando apenas a forma de passar o conteúdo. Muito se discute sobre os recursos a serem usados e muito pouco sobre as práticas pedagógicas envolvidas, apesar das promessas de desenvolver novas habilidades.

Valente (2003) apresenta diferentes propostas de EaD, que dependem do nível de interação entre os seus agentes, seja para entregar o conhecimento pronto, sem interações entre o professor e o aluno, ou para desenvolver o conhecimento naquilo que o autor considera como o “estar junto virtual”. Cada uma possui um contexto e deve ser trabalhada de forma a alcançar objetivos propostos bem definidos, condizentes com o tipo de proposta a ser elaborada.

Em Portugal, as diretrizes curriculares ainda consideram as TICs como ferramentas para produzir mapas. Apesar disso, o uso para produção de mapas digitais, como também da manipulação dessas ferramentas em meio digital. Ferramentas como o Google Earth contribuem na compreensão dessas informações, não apenas pelas informações disponíveis, mas também pela abstração exigida na sua interpretação (COSTA, 2012). Além da noção de espaço, Costa (2012) nos mostra outras finalidades para as TICs no ensino de geografia:

Além da abordagem à noção de espaço, é possível estruturar estratégias pedagógicas que mobilizem as tecnologias digitais, de forma articulada, para explorar outros conceitos tidos por fundamentais. Por exemplo, para o estudo da paisagem e do lugar, a análise de imagens ou fotografias e respetiva reelaboração de conteúdos podem mostrar as diferentes noções de tempo, as dimensões passado/presente, os seus elementos constituintes e as transformações ocorridas ao longo do tempo (COSTA, 2012, p. 74).

A comunidade científica tem cada vez mais dedicado atenção para os Sistemas de Informação Geográficas (SIG), podendo estes serem utilizados para explorar diferentes possibilidades de aplicação nos estudos geográficos, seja para aprimorar a comunicação e a elaboração de ferramentas que ampliem os horizontes de aprendizagem, como também o uso de softwares multimídia (COSTA, 2012).

A escola em si também sofre alterações em sua estrutura, em razão das TICs, uma vez que as dinâmicas e relações são intensificadas, devido a velocidade e a capacidade de superar barreiras geográficas (SILVA, 2001). As TICs não se tratam apenas de um recurso para emitir ou receber as informações, mas tem um papel de contribuir na ordenação da sociedade de acordo com as tecnologias disponíveis em cada momento.

Silva (2001) ainda compreende que as TICs têm o papel de alterar as dinâmicas de ensino, flexibilizando o tempo e o espaço escolar, criando uma comunicação entre o conteúdo e o estudante a qualquer momento e também o professor adequar o seu programa de aulas sempre que for necessário, ajustando as necessidades de seus alunos.

Em sua dissertação, Cellos (2014) evidencia que a juventude atual possui uma interação social cada vez mais integrada aos recursos digitais, com base na internet, passando a interação social não ser mais necessariamente feita de forma presencial. O ensino precisa estar inserido neste contexto, para conduzir de forma produtiva o uso dos recursos digitais no processo de aprendizado.

Para a autora, é importante o docente estar preparado para essas mudanças no

ensino:

[...] lidar com o novo perfil de juventude, outro tipo de professor se faz importante. Ou seja, um professor capaz de compreender e interagir com o universo do jovem de forma a estimulá-lo a fazer uso da tecnologia de maneira dinâmica, potencializando novas formas de aprender, ensinar e transformar a realidade em que vive (CELLOS, 2014, p. 28).

Também é importante entender o impacto no contexto de sala de aula, que evoluiu de um “espaço para se dar uma boa aula”, para um ambiente diversificado para se ensinar, aprender e educar, ampliando os horizontes de pesquisa. Para Cellos (2014) limitações físicas para implementar essas mudanças, como falta de computadores, mesas e cadeiras adequadas para esses fins, também são citadas pela autora.

Na visão de Ferreira (2006), o uso das TICs não somente apresenta novos horizontes como abre um questionamento a respeito dos valores expostos anteriormente, nas mais diferentes áreas, inclusive em geografia. Porém, ressalta que é necessário distinguir as tecnologias de acordo com o propósito a elas estabelecido. Cada ferramenta, apresenta vantagens para determinadas propostas de ensino, desenvolvendo diferentes competências e habilidades, apresentando resultados consistentes.

Outro ponto destacado por Ferreira (2006), é a condição em que as escolas se apresentam, não sendo adequadas para a integração social, identificando alunos com dificuldades de aprendizagem e lhes oferecendo as mesmas abordagens para resolver esse problema. As TICs podem auxiliar nessa situação, ampliando os seus horizontes de pesquisa e de integração da escola com a atual Sociedade da Informação. É fundamental que isso ocorra, trazendo a escola para os tempos atuais, sem desconsiderar todo o arcabouço desenvolvido no estudo da educação ao longo da história.

As TICs também abrem a possibilidade de planejar trabalhos de campo de maneira mais avançada, podendo incluir nesse planejamento os alunos. Rêgo (2015), em seu trabalho mostra possibilidades de trabalhos de estudos do meio, usando o Google Earth e/ou o Google Maps. Essas ferramentas oferecem as informações socioculturais de um lugar, como também aspectos relativos ao relevo, a hidrografia ou mesmo a vegetação.

Outro aspecto levantado pelo autor, é a influência das TICs na educação no processo de substituição dos livros pelos conteúdos digitais, processo esse mais acelerado nas escolas da rede particular, ou o surgimento de ambientes de aprendizado na internet. O ponto em questão é que o aprendizado não está restrito apenas ao ambiente da escola.

Para Rêgo (2015), apesar de importante, as TICs ainda são poucos exploradas pelos docentes, seja pela falta de capacitação, ou mesmo falta de interesse, sendo usadas apenas para manter o ensino tradicional, com uma aparência tida como inovadora.

Ponte (2002), considera importante que o ensino das TICs seja trabalhado principalmente na formação inicial dos professores, desenvolvendo uma cultura de uso dessas ferramentas, generalizando seu desenvolvimento e estimulando o uso de páginas de

internet que podem ser usadas como apoio ao seu curso. É importante que essa formação seja em ambientes adequados com os recursos a disposição do ensino e da aprendizagem.

No que diz respeito a formação desses professores, para Ponte (2002) ela precisa contemplar: Atitudes e Valores, que destaquem o interesse por essas ferramentas e o seu consequente impacto social, cultural e ético, promovendo um uso responsável dessas ferramentas; Instrumento para o Trabalho Pessoal e Profissional, tornando o docente apto a realizar as suas tarefas com as TICs, conhecendo os seus recursos e finalidades, e por fim; Utilização no Ensino-aprendizagem, inserindo essas ferramentas em sala de aula, sabendo mensurar os impactos no aprendizado e no currículo como um todo.

O ensino de geografia tomando como base o uso das TICs traz bons resultados, mas ao mesmo tempo exige desafios, para que seja possível chegar nos resultados desejados. Stürmer (2011) considera que há 3 grandes desafios a serem superados:

I) Construir conhecimentos sobre a influência do global no local. Utilizando ferramentas como o Google Maps e a internet como um todo, busca-se compreender os impactos da globalização no nosso dia a dia, como um fenômeno presente.

II) Incorporar as TIC ao cotidiano das aulas. Para ampliar os recursos bibliográficos, otimizando a aprendizagem.

III) Construir conhecimentos sobre o global por meio das TIC. Podendo assim adquirir a capacidade de pensar os fenômenos geográficos a partir da sua complexidade e abrangência.

Para o autor, também é fundamental que haja nas escolas a estrutura adequada para o trabalho como também a devida qualificação dos profissionais para este fim. Este é um problema nas instituições públicas na educação básica, cujo investimento ainda é insuficiente para realmente adequar esses espaços, resultando em dificuldades de trabalho. Stürmer (2011) ainda compreende que as TICs não são a solução dos problemas do ensino, mas que podem abrir novos horizontes, incrementar o repertório de recursos didáticos, podendo levar a novos procedimentos de ensino.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Tecnologias de Informação e Comunicação estão totalmente presentes na sociedade moderna, principalmente nos jovens, usufruindo das ferramentas oferecidas pela internet, como redes sociais, jogos online, *streaming*, pesquisas, entre outras coisas. As interações sociais já não são realizadas de maneira totalmente presencial, podendo ocorrer do conforto de sua casa. Isso, de maneira geral, afeta a forma como as pessoas se relacionam no mundo e também na educação.

As TICs tem um papel importante na construção da sociedade atual, é um processo que não tem volta e cabe às instituições de ensino estarem devidamente preparadas para esta realidade, pois o aprender não estará mais restrito apenas ao ambiente escolar.

Ainda existe um longo caminho a ser percorrido para as TICs serem usadas de forma adequada nas salas de aula. As razões disso passam pela infraestrutura limitada nos mais diversos ambientes, falta de recursos e também pelos docentes, muitos deles despreparados e outros com pouco interesse em lidar com as novas tecnologias.

As TICs permitem ampliar os limites da sala de aula, facilitando e acelerando a pesquisa dos mais variados assuntos, como também facilita a interpretação dos conteúdos, bem como a sua abstração. Em diversos trabalhos, são apresentadas experiências de ensino com essas tecnologias, apresentando resultados bem consistentes. Isso abre um questionamento no que diz respeito as práticas antigas, discutindo se elas são realmente adequadas.

Essas ferramentas não são, sozinhas, a solução dos problemas que a educação enfrenta. Elas precisam estar inseridas em um planejamento que possa explorar o melhor de cada uma das TICs e que seu uso tenha um significado no desenvolvimento da aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

CELLOS, M. A. **Licenciandos em geografia e o uso das TIC no programa de iniciação à docência-PIBID/UFMT**. 2014.

COSTA, F. et al. **Repensar as TIC na educação**. O Professor como Agente Transformador. Lisboa: Santillana, 2012. pp 61-85

FERREIRA, F. M. **USAR AS TIC PARA ENSINAR GEOGRAFIA: REFLEXÕES SOBRE INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA**. In: APOGEO N° 30, Março de 2006. pp. 15-27

FREITAS, C. **As TIC em sala de aula: uma experiência educativa**. IV Congresso Ibérico de Didáctica da Geografia "A Inteligência Geográfica na Educação do Século XXI", 2009

PONTE, J. P. **As TIC no início da escolaridade: Perspectivas para a formação inicial de professores**. In J. P. PONTE (Org.), A formação para a integração das TIC na educação pré-escolar e no 1º ciclo do ensino básico (Cadernos de Formação de Professores, N° 4, pp. 19-26) 2002 Porto: Porto Editora.

RÊGO, E. E. do. **As TIC no ensino de Geografia: a utilização dos aplicativos Google Maps e Google Earth na elaboração de sugestões de aulas de campo no Ensino Médio**. 2015.

SALGADO, Maria Umbelina Caiafa; AMARAL, Ana Lucia. **Tecnologias na educação: ensinando e aprendendo com as TIC**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação à Distância, 2008.

SALVADOR R. (2003). **A Geografia Mundial da Ciência e da Tecnologia**. Departamento de Geografia e Planeamento Regional. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

SILVA, Bento (2001). **A tecnologia é uma estratégia**. In Paulo Dias & Varella de Freitas (org.). Actas da II Conferência Internacional Desafios 2001. Braga: Centro de Competência da Universidade do Minho do Projecto Nónio, pp. 839-859.

STÜRMER, A. B. **AS TIC'S NAS ESCOLAS E OS DESAFIOS NO ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA** (The TIC's in the schools and the challenges in the education of Geography in the basic education). GEOSABERES-Revista de Estudos Geoeducacionais, v. 2, n. 4, p. 3-12, 2011

VALENTE, J. A. **O uso inteligente do computador na educação**. Pátio Revista Pedagógica. Editora: Artes Médicas Sul, ano 1, no 1, págs. 19-21, 1997.

VALENTE, J. A. **Educação a distância no ensino superior: soluções e flexibilizações Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, vol. 7, núm. 12, febrero, 2003, pp. 139-142 Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho São Paulo, Brasil. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180114096010>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

**JULIANA THAISA RODRIGUES PACHECO** - Possui graduação em Bacharelado em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2008). Doutora e Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, na área de concentração Cidadania e Políticas Públicas, linha de Pesquisa: Estado, Direitos e Políticas Públicas. Como formação complementar cursou na Universidade de Bremen, Alemanha, as seguintes disciplinas: Soziologie der Sozialpolitik (Sociologia da Política Social), Mensch, Gesellschaft und Raum (Pessoas, Sociedade e Espaço), Wirtschaftsgeographie (Geografia Econômica), Stadt und Sozialgeographie (Cidade e Geografia Social). Atua na área de pesquisa em política habitacional, planejamento urbano, políticas públicas e urbanização e na elaboração de diagnóstico socioambiental, caracterização do meio socioeconômico para Estudos Ambientais e Urbanísticos, possui experiência em geoprocessamento e elaboração de mapas temáticos, manipulação de dados estatísticos, processamento digital de imagem; atualmente é professora no Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO – Irati).

**MAURICIO ZADRA PACHECO** - Doutor pela Universidade de Bremen (UniBremen) com trabalho desenvolvido no Instituto Fraunhofer - IFAM (Bremen Alemanha) pelo Programa Ciências sem Fronteiras, Mestre em Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2009); possui graduação em Administração pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003) e graduação em Bacharelado em Informática pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1995). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em Sistemas de Informação, e desenvolveu estudos nas áreas de Geoprocessamento e Geografia Humana com ênfase na utilização de geotecnologias como ferramentas de auxílio à gestão de território. É supervisor do Projeto de Extensão: Lixo Eletrônico: Descarte Sustentável, da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

**A**

Amazônia 31, 32, 34, 35, 39, 40, 41

**B**

Biodiversidade 2, 3, 4, 9

Bioma 1, 2, 3, 13

**C**

Cotidiano 32, 36, 38, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 53, 57

**D**

Desterritorialização 1, 2, 6, 7, 14

Diversidade 1, 3, 6, 10

**E**

Educação 33, 41, 53, 54, 56, 57, 58, 59

Ensino de Geografia 53, 55, 57, 59

Espaço urbano 19, 20, 29, 30, 51

**G**

Geo-história 31, 32, 33, 39, 40

**M**

Médio Solimões 31, 38

**O**

Ocupações irregulares 17

**P**

Parque Nacional Grande Sertão Veredas 1, 2, 15

Polo Naval 17, 18, 22, 23, 28

Populações tradicionais 1, 2, 9

Produção do espaço 17, 19, 20, 29, 30

Proteção ambiental 1, 2

**R**

Redução narrativa 42, 43, 50, 51

Rio Grande 17, 18, 19, 22, 23, 24, 30

Ritmanálise 42, 43

Ritmo 42, 43, 45, 46

**S**

Segregação 17, 20

Sertão 1, 2, 3, 4, 15, 16

**T**

Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) 53, 57



[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

# GEOGRAFIA:

discutindo a realidade do espaço geográfico



[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

# GEOGRAFIA:

discutindo a realidade do espaço geográfico

---

  
Ano 2023